

## ASSIGNATURAS

Por um anno.....	10\$000
Por seis mezes.....	5\$600
Por tres mezes.....	3\$000
Avulso por folha.....	\$400
Anuncios, por linha.....	\$600

A correspondencia official da capital de ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

## ASSIGNATURAS

Por um anno.....	12\$000
Por seis mezes.....	6\$600
Por tres mezes.....	3\$600

Comunicados e correspondencias, por linha..... \$600

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Sua Magestade El-Rei, attendendo ao que lhe representou o director da escola polytechnica, em 20 de dezembro ultimo, sobre a necessidade da continuação das obras no edificio da escola, com o fim de se accommodarem dentro do mesmo edificio todos os estabelecimentos a ella pertencentes; tendo em vista que no cofre da escola existem fundos suficientes, em inscrições de 3%, para caução do emprestimo de mais 15:000\$000 réis, e que esta cifra está dentro dos limites marcados na lei de 1 de julho de 1857: ha por bem autorisar o referido director a negociar com o banco de Portugal o mencionado emprestimo, tudo na forma que propõe.

Paço das Necessidades, em 25 de fevereiro de 1860.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição

Tendo subido á minha real presença a informação e parecer do reverendo bispo do Algarve, com os autos de concurso a que mandei proceder, para o provimento da parochial igreja de S. Salvador de Alvor, e attendendo a que o presbytero Joaquim Lourenço Callado, prior collado da freguezia de Nossa Senhora da Conceição, no concelho do Faro, que compareceu como oppositor no dito concelho, alem de satisfazer cabalmente a todas as solemnidades devidas, se torna, segundo o parecer do mesmo reverendo prelado, muito digno de contemplação por seu honesto comportamento e louvavel desempenho de seus deveres em diversas igrejas que tem parochial, e pelas provas que n'outros concursos tem dado de que possui os conhecimentos necessários para desempenhar com fructo o importante ministerio de cura de almas: hei por bem fazer mercê ao dito presbytero Joaquim Lourenço Callado, de o apresentar na mencionada igreja parochial de S. Salvador de Alvor, no bispado do Algarve, a qual se acha vaga por obito do seu ultimo prior collado o presbytero Francisco José dos Prazeres Cabrita.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 18 de janeiro de 1860.—REL.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

Foram bem assim apresentados, precedendo tambem concurso, os seguintes presbyteros nas igrejas abaixo declaradas, a saber:

Albino Antonio Dias Póças Falcão, na igreja parochial de Santa Comba de Chacim, bispado de Bragança.

Antonio Coelho Monteiro Machado, na igreja parochial de Santa Maria de Dardavaz, bispado de Vizeu.

Antonio Nunes da Costa, na igreja parochial de S. Pedro de Condeixa a Velha, bispado de Coimbra.

João Francisco Pereira de Almeida, na igreja parochial de Nossa Senhora da Conceição da Villa do Bispo, bispado do Algarve.

Expediram-se igualmente os seguintes decretos a favor dos seguintes presbyteros:

Agostinho de Barros e Silva Botelho, em beneficio de Agostinho de Barros e Silva Botelho, em beneficio de Agostinho de Barros e Silva Botelho, em beneficio de Agostinho de Barros e Silva Botelho.

Antonio Joaquim Ribeiro de Campos, em beneficio de Antonio Joaquim Ribeiro de Campos, em beneficio de Antonio Joaquim Ribeiro de Campos, em beneficio de Antonio Joaquim Ribeiro de Campos.

Francisco Antonio Alves d'Aguar, em beneficio de Francisco Antonio Alves d'Aguar, em beneficio de Francisco Antonio Alves d'Aguar, em beneficio de Francisco Antonio Alves d'Aguar.

João Carlos de Sousa, em beneficio de João Carlos de Sousa, em beneficio de João Carlos de Sousa, em beneficio de João Carlos de Sousa.

Decreto—concedendo ás commendadeiras do real mosteiro de Santos a regia autorisação, para poderem aforar um celloiro na villa de Canha, pertencente ao dito mosteiro.

Dito—concedendo ás religiosas do convento de Santa Clara da cidade do Funchal a regia autorisação, para darem de aforamento a Roque Caetano de Araújo e Caetano Alberto de Araújo varios terrenos na freguezia de S. Martinho, concelho do Funchal.

Dito—concedendo a João Duarte a autorisação regia, para que o cabido da cathedral de Vizeu lhe possa dar de aforamento umas terras e montados, sitas na freguezia de Pindello dos Milagres, bispado de Vizeu.

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Secretaria d'estado—2.ª repartição

Nos termos do paragrapho segundo do artigo 6.º do decreto de 10 de novembro de 1849, hei por bem nomear o chefe de repartição do thesouro publico, Manuel Ignacio Moreira Freire, para substituir nos seus impedimentos o conselheiro director geral das contribuições directas no mesmo thesouro.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 15 de fevereiro de 1860.—REL.—José Maria do Casal Ribeiro.

DIRECÇÃO GERAL DAS ALFANDEGAS E CONTRIBUIÇÕES INDIRECTAS

5.ª ANUNCIO

Por participação do director da alfandega da Horta, consta que, no dia 24 de novembro ultimo, dera entrada n'aquelle porto o hiate portuguez Santa Cruz, conduzindo a seu bordo a tripulação da barca ingleza Eagle, capitão Nelson Chambers, a qual tendo saído em 4 de outubro antecedente do New Port com carga de carvão, e destino para as ilhas Bermudas, fora abandonada em 10 do sobredito mez de novembro pela mesma tripulação a 37.º 24' N., e 45.º 58' O., desavrorada, sem leme, e cheia de agua; sendo a equipagem da referida barca salva pela escuna hollandesa Barta Hendrick, capitão Thomás W. Stuit, que vinha de New York para Rotterdam, desembarcando depois na ilha das Flo-

res. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de março de 1860.—Nuno José Gonçalves.

5.ª ANUNCIO

Por participação do conselheiro director da alfandega grande de Lisboa, consta ter o capitão do vapor portuguez Brazil, procedente de Milford-Haven, encontrado no dia 26 de dezembro proximo findo, na latitude de 44.º 22', e longitude ao O. de Greenwich 9.º 10', a barca ingleza Senegal, capitão William Lagilback, toda desavrorada e com a borda quebrada, fazendo muita agua, a qual não se podendo conservar fluctuando, fora abandonada pela tripulação composta de quinze pessoas, que o dito vapor recolheu. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de março de 1860.—Nuno José Gonçalves.

5.ª ANUNCIO

Por participação do sub-director da alfandega de S. Martinho, consta que, no dia 3 de janeiro ultimo, dera á costa, na praia proxima á povoação da Pedreira, a barca franceza Laboureur, de Bayona, capitão Pons, procedente do Rio de Janeiro, carregada de café, com destino para Marselha; salvando-se a tripulação, que se compunha de treze pessoas. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de março de 1860.—Nuno José Gonçalves.

5.ª ANUNCIO

Por participação do director da alfandega de Aveiro, consta que, no dia 6 de janeiro ultimo, naufragou na praia do Furadouro, proximo a Ovar, o brigue Maria da Graça, capitão José Pedro de Senna, procedente da ilha de S. Thomé, com destino para Lisboa, carregado de café, cacau, e semente de purgueira; tendo-se desfeito o casco do dito navio; salvando-se porém quatro bahus, arrombados, nos quaes se encontraram os objectos seguintes: a saber: um cordão delgado, quebrado, e dois pequenos brinços de ouro, que se diz pertencerem a D. Maria José de Franco; um relógio de algaibeira com caixa de prata e cadeia de ouro ordinario; tres garfos e tres colheres de prata; doze peças de cinco francos, um duro hespanhol, duas patacas brasileiras, e uma mexicana, sem declaração de donos; duas letras de cambio de 400\$000 réis, primeira e segunda vias, passadas por Henrique José de Oliveira, sobre Viuva e João Baptista Burnay, á ordem de José Pedro de Senna; alguma roupa branca e de cor; cartas avulsas, um embrulho lacrado, contendo a correspondencia, e alguns papéis de bordo, dos quaes se colligiu ter perecido toda a tripulação, e dois passageiros. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de março de 1860.—Nuno José Gonçalves.

5.ª ANUNCIO

Por participação do director do circulo das alfandegas maritimas do norte do reino, consta que, no dia 26 de dezembro ultimo, naufragou nas pedras da Insua, legua e meia ao sul de Espozende, o falcão hespanhol Santo Antonio, de que era proprietario Gaspar Martins, e capitão Antonio Martins, procedente de Cadiz, carregado de sal, com destino para a Corunha; tendo perecido seis pessoas da tripulação, que se compunha de oito individuos; salvando-se apenas algum velame, maçame, e fragmentos do casco. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de março de 1860.—Nuno José Gonçalves.

5.ª ANUNCIO

Por participação do director da alfandega do Funchal, consta que, no dia 19 de dezembro do anno proximo findo, naufragou, despedaçando-se na restinga da Fajá de Manuel, freguezia de Porto do Moniz, a galera ingleza Flying Foam, do Londres, de que era mestre William Liddle, procedente de Cardiff, com carga de carvão de pedra, para Hong-Kong; salvando-se apenas seis homens, e tendo perecido quinze pessoas da tripulação, incluindo o dito mestre e officiaes; havendo-se perdido todo o carregamento. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de março de 1860.—Nuno José Gonçalves.

5.ª ANUNCIO

Por participação do director da alfandega do Funchal, consta que, no dia 19 de dezembro do anno proximo findo, naufragou, despedaçando-se na restinga da Fajá de Manuel, freguezia de Porto do Moniz, a galera ingleza Flying Foam, do Londres, de que era mestre William Liddle, procedente de Cardiff, com carga de carvão de pedra, para Hong-Kong; salvando-se apenas seis homens, e tendo perecido quinze pessoas da tripulação, incluindo o dito mestre e officiaes; havendo-se perdido todo o carregamento. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de março de 1860.—Nuno José Gonçalves.

5.ª ANUNCIO

Por participação da alfandega de Setúbal, consta que, na noite de 10 de fevereiro ultimo, varára com agua aberta, no sitio dos Barracaes nas immedições do Melides, o brigue da republica oriental de Uruguay Solis, capitão Joaquim Xavier das Neves, procedente de Cardiff, com carvão de pedra para o Rio de Janeiro; tendo-se salvado toda a tripulação com as suas bagagens, e alguns objectos do sobredito navio. O que se faz publico, em conformidade do n.º 1594 do codigo commercial, para conhecimento dos interessados.

Primeira repartição da direcção geral das alfandegas e contribuições indirectas, em 1 de março de 1860.—Nuno José Gonçalves.

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

5.ª DIRECÇÃO

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haver requerido D. Marianna Augusta de Castro Monteiro Torres o pagamento dos vencimentos que se ficaram pagando a

seu fallecido pae o capitão tenente da armada Antonio Olavo Monteiro Torres, como governador, que foi, das ilhas de Timor e Solor; a fim de que qualquer pessoa que se julgar com direito ao dito vencimento, ou a parte d'elle, requiera por esta direcção no prazo de sessenta dias, contados da publicação do presente annuncio, finto o qual será deferida a dita pretensão.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 3.ª direcção, em 2 de março de 1860.—O director, Joaquim Dias Torres.

2.ª DIRECÇÃO—1.ª REPARTIÇÃO

Por noticias da cidade da Praia (Cabo Verde), que alcançam até 12 de janeiro proximo passado, consta que não ha por em quanto nada a receber quanto ao estado alimenticio da ilha de S. Thiago: e que pelo contrario já apparece á venda, por preço razoavel, o milho e o feijão, com a esperança na colheita.

Consta igualmente que na referida ilha continua a reinar a tranquillidade publica. Achavam-se fundadas no porto da mesma cidade nove embarcações, quatro das quaes portuguezas, outras tantas hespanholas, e uma americana.

Nota dos navios ancorados no porto da cidade da Praia de S. Thiago de Cabo Verde na data do hoje

Mistico hespanhol S. Thiago, de Gibraltar, por S. Vicente, em lastro: entrou em 12 de novembro de 1859.—Emprega-se na pesca do coral.

Falcão hespanhol Rita, de Gibraltar, em lastro: entrou em 10 de dezembro.—Idem.

Polaca hespanhola Rosalia, de Gibraltar, por S. Vicente, em lastro: entrou em 29 de dezembro.—Idem.

Patacho americano Thiboloth, de Boston, pela ilha do Sal, com carga: entrou em 3 de janeiro de 1860.—Á descarga.

Escuna portugueza Esperança, arribada do seu destino á ilha do Maio: entrou em 8 de janeiro.—Á ordem.

Patacho portuguez Leopoldo Amelia, da costa da ilha do Maio, com purgueira: entrou em 9 de janeiro, e sãe hoje pelas 3 horas da tarde.—Para Lisboa, com a mesma carga.

Patacho portuguez Vigilante, da costa da ilha do Maio, com purgueira: entrou em 11 de janeiro, e sãe a 14 do dito mez.—Para Lisboa, com a mesma carga.

Escuna portugueza Livramento, da ilha de S. Vicente, com carga de cal: entrou em 11 de janeiro.—Á descarga.

Polaca hespanhola Amalia, de Gibraltar, por S. Vicente, em lastro: entrou em 12 de janeiro.—Emprega-se na pesca do coral.

Alfandega da cidade da Praia de S. Thiago de Cabo Verde, em 12 de janeiro de 1860.—O director, Francisco Cosme Nunes.—O escriptivo, Valentim Tavares Correia.

### MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

REPARTIÇÃO CENTRAL

Attendendo ao que me representou Gaspar Augusto Pinto Leite, e conformando-me com a proposta que a seu respeito fez subir á minha real presença o conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino, em data de 20 do corrente mez: hei por bem nomear o para o logar de praticante da administração central do correio do Porto, que se acha vago pela demissão dada, por decreto de 18 de janeiro ultimo, a Evaristo Nunes Pinto; ficando o agraciado obrigado a tirar carta de serventia vitalicia, com previo pagamento dos direitos que dever.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 27 de fevereiro de 1860.—REL.—Antonio de Serpa Pimentel.

Attendendo ao que me representou D. Thomazia Margarida Pereira Sá Esteves, viuva do administrador aposentado da administração central do correio de Coimbra, Antonio Lopes de Sá Esteves, pedindo a pensão que lhe confere a regulação mandada observar por decreto de 13 de agosto de 1824; e sendo certo que a supplicante exhibiu os documentos exigidos por lei, e que seu marido servia por espaço de mais de 50 annos, com assiduidade e bom comportamento: hei por bem, conformando-me com o parecer que a este respeito fez subir á minha real presença o conselheiro sub-inspector geral dos correios e postas do reino, conceder á sobredita D. Thomazia Margarida Pereira Sá Esteves a pensão annual e vitalicia de 130\$000 réis, á vista do disposto nos §§ 21.º e 22.º da citada regulação, e no § 2.º, artigo 3.º, do decreto de 30 de dezembro de 1836.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 29 de fevereiro de 1860.—REL.—Antonio de Serpa Pimentel.

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Attendendo ao que me representou Bernex Philippon, como concessionario da empreza de navegação por barcos movidos a vapor entre Lisboa e a ilha da Madeira, pedindo a approvação da cessão e traspasso dos direitos e obrigações que lhe resultam do contrato celebrado com o governo em 26 de maio de 1859, a favor da real companhia de navegação a vapor anglo-luso-brazileira;

Visto o artigo 12.º do referido contrato;

E tendo ouvido o ajudante do procurador geral da coroa junto ao ministerio das obras publicas, commercio e industria:

Hei por bem dar por approvada a mencionada cessão e traspasso, na conformidade do contrato que faz parte d'este decreto, e com elle baixa assignada pelo ministro e secretario d'estado das obras publicas, commercio e industria.

O mesmo ministro e secretario d'estado o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 10 de fevereiro de 1860.—REL.—Antonio de Serpa Pimentel.

Aos 10 dias do mez de fevereiro de 1860, n'este ministerio das obras publicas, commercio e industria, e gabinete do excellentissimo senhor director geral do commercio e industria, estando presentes, de uma parte como primeiro outorgante o chefe da repartição do commercio e industria, João Palha de Faria Lacerda, servindo de director geral do commercio e industria, e autorisado pela portaria do toor seguinte: ministerio das obras publicas, repartição central. Sua Magestade El-Rei ha por bem autorisar o chefe da repartição do commercio e industria no ministerio das obras publicas, commercio e industria, João Palha de Faria Lacerda, na qualidade de director geral interino do commercio e industria, para outorgar por parte do governo no contrato, que hade celebrar-se com Theophilo Bernex Philippon, para sancionar o traspasso que este faz aos directores da companhia real de navegação a vapor, anglo-luso-brazileira, da concessão que lhe foi feita pelo contrato de 26 de maio de 1859, da navegação a vapor entre Lisboa e a ilha da Madeira. O que se comunica ao referido director geral interino para sua intelligencia e devida execução. Paço, em 9 de fevereiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel. E da outra parte, como segundo outorgante o sr. Theophilo Bernex Philippon, concessionario para a empreza de navegação a vapor entre Lisboa e a ilha da Madeira, em virtude do contrato de 26 de maio de 1859, bem como os excellentissimos senhores duque de Saldanha e visconde de Athouguia, como directores residentes em Lisboa, da companhia real de navegação a vapor anglo-luso-brazileira, assistindo a este acto o bacharel Antonio Cardoso Avelino, ajudante do procurador geral da coroa, junto a este ministerio; foi dito pelo sr. Theophilo Bernex Philippon que pelo artigo 12.º do contrato, que em 26 de maio de 1859 celebrou com o governo, tinha a faculdade de traspassar ou vender a concessão que lhe fora feita, e que em virtude de tal faculdade, por este contrato traspassava a companhia real de navegação a vapor anglo-luso-brazileira a mesma concessão, ficando esta companhia não só gosando todas as vantagens, que d'aquelle contrato resultam, como obrigada ao seu exacto e inteiro cumprimento. E pelos excellentissimos directores da companhia real de navegação a vapor anglo-luso-brazileira, foi dito que elles em seu nome, na qualidade que representam,

e em nome dos seus collegas residentes em Londres, John Arthur Roebuck, John William Wilson, e Walter Thomas Sutton, cuja annunciação escripta e devidamente reconhecida, fica junta a este contrato, acciavam para a companhia de que são directores o traspasso que lhe fez o dito Theophilo Bernex Philippon, com todos os encargos e vantagens resultantes da indicada concessão de 26 de maio de 1859. Pelo ex.º sr. director geral interino do commercio e industria foi dito que, por parte do governo, autorisava o traspasso convencionado n'este contrato, mas que devendo semelhante traspasso ser realizado por escriptura publica, e ser accito pela assembleia geral da companhia real de navegação a vapor anglo-luso-brazileira, ficava esta autorisação sujeita ás condições seguintes. Primeira. Continuará a subsistir a responsabilidade que ao sr. Theophilo Bernex Philippon, resulta do seu contrato de 26 de maio de 1859. Segunda. Os directores da companhia acima mencionada convocarão a assembleia geral em agosto proximo, na conformidade dos respectivos estatutos, para lhe submeter o traspasso convencionado; e a fim de ser celebrada com o voto affirmativo da mesma assembleia geral, a competente escriptura publica, que será submettida á approvação do governo. E em seguida declararam tanto o concessionario sr. Theophilo Bernex Philippon, como os ex.ºs directores da companhia acima mencionada, que se sujeitavam e obrigavam a cumprir as referidas condições, dando assim por findo este contrato. E para constar onde convier, mandei lavrar o presente termo em duplicado, que subscrevi, e que depois de lhes ter sido lido, vae assignado por todos os outorgantes acima mencionados, pelo bacharel Antonio Cardoso Avelino, ajudante do procurador geral da coroa junto a este ministerio, e por mim Ernesto de Faria, do conselho de Sua Magestade e secretario do mesmo ministerio; sendo testemunhas presentes o bacharel Antonio Augusto de Mello Archer, chefe do gabinete do ministro, e Pedro Roberto Dias da Silva, chefe interino da repartição de contabilidade.—João Palha de Faria Lacerda—Bernex Philippon—Duque de Saldanha—Visconde de Athouguia. Fui presente, Antonio Cardoso Avelino—Antonio Augusto de Mello Archer—Pedro Roberto Dias da Silva—Ernesto de Faria. Paço das Necessidades em 10 de fevereiro de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.

DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de obras publicas

Mapa indicando o numero medio de operarios empregados diariamente nas estradas, e outras obras publicas no reino, nas semanas findas em 3, 10, 17, 24 e 31 de dezembro de 1859

Districtos administrativos	Designação e situação dos trabalhos	Numero de dias úteis de trabalho	Numero medio de operarios
Vianna	Estrada através de Caminha	17	
	Estrada de Braga a Valença pelos Arcos	18	1.06
	Dita de Villa Nova de Famalicão a Guimarães	29	17
Braga	Dita de Villa Nova de Famalicão ao Neiva	31	
	Dita de Braga a Barcellos	31	
	Direcção geral	31	
	Estrada do Porto a Amarante	35	
	Dita do Porto a Coimbra, desde as Vendas Novas ao alto da Bandeira	26	13
	Dita desde o alto da Bandeira á ponte pensil no Douro	28	13
	Dita do Porto a Guimarães por Santo Thyrsio	28	
	Dita do Porto por Villa do Conde á Povoação de Varzim	35	
Porto	Obras na barra do Douro	29	
	Ditas no cões da alfandega do Porto	29	
	Ditas na nova alfandega do Porto	24	25
	Collocação do telegrapho electrico na estrada do Porto a Amarante	35	
	Trabalhos graphicos em Miragaya para a nova rua de D. Fernando	8	
	Direcção geral	35	
	Estrada da Regua a Villa Real	24	23
	Ponte sobre o rio Cabril, junto a Villa Real	20	
	Estrada do Salgueiral á Regua	24	
	Ponte sobre o ribeiro de Jogueiros	24	
Villa Real	Estrada marginal do Douro	25	10
	Entre e Telo e o Tavora	8	
	Entre os rios Telo e foz de Mil Lobos	25	10
	Entre o rio Varosa e a quinta de Melres	25	10
	Ponte de Mondim de Basto	28	
	Direcção geral	31	
Bragança	Estrada de Bragança a Mirandella	20	1
	Collocação da linha telegraphica	20	
	Estrada d'Aveiro a Vizeu por Albergaria	28	3
	Do Sobreiro a Albergaria	25	2
	De Ovar á Murteira da Arada	12	
Aveiro	Da Feira á estrada real	24	1
	Edificio do lyceu de Aveiro	27	
	Obras no cões de Aveiro	23	
	Estrada de Coimbra ao Porto	25	1
	De Agueda a Albergaria a Velha	25	1
	Avenidas da ponte do Vouga	25	1
	De Vizeu a Mortágua	28	8
	Estrada de Vizeu á serra do Bussaco	11	
	Da Castanheira ao Bussaco	28	2
	De Foz-Dão á Venda do Sebo	28	1
Vizeu	Das Casas Novas ao Carregal	28	
	De Nellas a Mangualde	28	
	Dita de Vizeu a Lamego (estudos)	17	
	Cadeia na cidade de Lamego (reparos)	21	
	Direcção geral	26	
Guarda	Estrada da Guarda a Fornos de Algodres, entre Jelicão e a ponte de Juncas	29	5
	Dita de Celorico ao rio Alva, entre Celorico e Ponte Pedrinha	29	4
	Entre a foz do Ceira e o ribeiro do Gazei	28	9
	Da foz de Arouce á Venda do Valle (estudos)	28	
	Ponte do Sarzedo sobre o rio Alva	28	
	Estrada de Coimbra á Redinha	35	
	Dita de Coimbra á Ponte da Pedra	35	
	Dita da Mealhada á serra do Bussaco	35	
Coimbra	Ponte de Villa Cova de Sub-Avô	35	
	Alargamento da rua de Coruche	28	
	Paço episcopal em Coimbra	17	
	Direcção geral	28	
	Trabalhos hydrographicos no porto e barra da Figueira	35	
	Obras no porto e barra da Figueira	28	
	Estrada de Castello Branco a Abrantes	26	4
	Ponte da	30	
Castello Branco	Dita de Castello Branco a Villa Velha	29	1
	Ponte do ribeiro do Gazei	29	
	De Castello Branco a Villa Velha	29	
	Paço episcopal em Castello Branco	17	
	Direcção geral	29	
	Monumento da Batalha	29	
	Avenida da Batalha	29	
Leiria	Mosteiro de Alcobaca	29	
	Estrada das Caldas á Redinha	29	
	Edificio do governo civil em Leiria	29	
	Direcção geral	29	
	Estrada de Santarem a Pernes	28	
	Dita de Pernes por Torres Novas á Barquinha	29	
	Dita de Santarem á Ponte de Asseca	35	
	Dita de Thomar á Barquinha	29	
Santarem	Dita de Thomar a Coimbra	35	
	Ponte de Castello Branco a Castello Branco	29	
	Canal de Azambuja	31	
	Comoros e arvoredos do rio Almondã	31	
	Canal de Alpiçaria	28	
	Dique de Vallada	31	
	Melhoramento do Tejo	28	
	Melhoramento do rio em diversos pontos	35	
	Trabalhos hydrographicos e estudos no rio	35	



Districtos administrativos	Designação e situação dos trabalhos	Número de dias de trabalho	Número de dias de trabalho
Transporte.....			
Lisboa.....	Estrada de Lisboa a ponte do Carregado	35	16
	Dita desde o cado do Tejo, no Carregado, até ás Caldas	35	33
	Dita de Alameda a Torres Vedras	35	16
	Dita do Arco do Cego, pelo Lumiar e Loures, a Torres Vedras	35	94
	Dita de Lisboa, por Cintra, a Colares	35	91
	Dita de Cintra a Mafra	28	91
	Dita de Mafra a Ericeira	27	36
	Dita da ponte de Careque a Mafra	35	11
	Dita de Paço d'Arcos ao Cacem	29	29
	Dita de Belem a Queluz	29	19
	Dita de Alverca a Buçellas	29	67
	Dita de Gaeães	29	47
	Dita de Carnaxide a Casellas	29	17
	Dita da circunvalação da cidade nos sitios de Entremuros e portas de Arroios	28	27
	Reparos de canos no sitio de Pinheiros em Santo Antão do Tojal	28	16
	Ditos da muralha na estrada de Paço d'Arcos	18	11
	Ditos nas pontes de madeira junto ao Terreiro do Trigo	29	22
	Casa da guarda do edificio da Moeda	29	5
	Reconstrução do cano geral da cadeia do Lameiro ao arco do Rozario	29	29
	Lazareto da Torre Velha	29	854
	Assentamento das chapas de cotas de nível relativas á carta de Lisboa	6	3
	Facturas de guaritas para as sentinelas do palacio das cortes	24	3
	Cultura de arvoredo da circunvalação da cidade	35	3
	Estabelecimento dos fornos da cal no Rio Seco	29	28
	Edificios publicos	29	385
	Servico geral	35	42
	Estrada de Aldeialegre á fronteira, (Das Ventas Novas ao posto de Albufeira)	30	161
Evora.....	Dita de Monte-mór a Évora	35	1
	Dita de Évora para as Alcaçovas	35	2
	Dita de Borba a Villa Viçosa	35	2
	Dita de Estremoz a Portalegre	29	120
	Ponte de Pavia (reparos)	8	18
Portalegre.....	Estrada de Aldeialegre á fronteira, (Do posto de Albufeira ao Cala)	35	24
	Dita de Portalegre a Estremoz	24	138
	Dita de Portalegre a Estremoz, (Ponte do Barroso)	29	158
	Ponte da ribeira de Niza	26	29
	Estrada da Fonte dos Lavradores a Castello de Vide	24	102
Beja.....	Dita do Gavião ao porto do Alamar no Tejo	8	38
	Ponte do Freixo (reparos)	12	7
	Estrada do Elvas a Campo Maior (estudos)	29	25
	(De Ferreira a Olivella)	29	25
	Ponte de Porto de Torrão	29	5
Faro.....	(De Algalé a Porto de Rei)	26	86
	Ponte de Carvalhoso	26	18
	Dita de Beja a Mertola	29	78
	Dita de Faro a Tavira	35	2
	(De Faro a Orlão)	28	729
Diversos.....	(De Tavira a Senhora da Luz)	29	184
	Ponte de Bella-amandil	24	39
	Dita de Tavira a Villa Real de Santo Antonio	15	5
	Direcção geral	35	4
	Linhas electro-telegraphicas	26	187
		13.941	

Direcção geral das obras publicas e minas, em 16 de fevereiro de 1860.—Caciano Alberto Maia.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

Plano para a quinta extracção da loteria do primeiro trimestre do anno de 1860, que se ha de fazer pela administração da santa casa da misericórdia d'esta corte, pelo methodo e com as formalidades prescritas no decreto de 28 de fevereiro de 1855, publicado no *Diário do Governo* n.º 70, de 23 de março, no decreto de 30 de dezembro de 1858, publicado no *Diário do Governo* n.º 7, de 8 de janeiro de 1859, e no decreto de 23 de março de 1859, publicado no *Diário do Governo* n.º 73, de 28 do dito mez e anno.

Será o seu capital de 32:500.000 réis, formado de 6:500 bilhetes (dos n.ºs 1 a 6:500), a 5000 réis cada um em metal, e na mesma especie sairão os premios abaixo descriptos, liquidados de 12 por cento, em beneficio dos expostos da mesma santa casa, dos enfermos do hospital do S. José, dos orphãos da casa pia e do asylo de mendicidade, na conformidade das ordens regias expedidas pela secretaria d'estado dos negocios do reino, em portaria de 27 de maio de 1834 e decreto de 5 de outubro de 1838.

PREMIOS		
1 de .....	7:000.000	7:000.000
1 de .....	2:000.000	2:000.000
1 de .....	1:000.000	1:000.000
1 de .....	700.000	700.000
2 de .....	400.000	800.000
2 de .....	300.000	600.000
2 de .....	200.000	400.000
26 de .....	100.000	2:600.000
2:100 de .....	6:500	13:440.000
1 ao numero que se extrahir depois de tirados os mais premios .....		
2:137 premios		60.000
4:363 brancos		

6:500 bilhetes que a 5000 réis importam em 32:500.000 réis, dos quaes extrahidos os doze por cento de beneficio, é o total dos premios distribuidos réis ..... 28:600.000

Dos premios acima se descontará no acto do pagamento o imposto de 5 por cento, estabelecido na carta de lei de 10 de julho de 1843.

Os bilhetes vão assignados do chancella por um dos adjuntos da administração da mesma santa casa e pelo thesoureiro geral.

A venda terá logar no dia 6 do corrente mez de março, desde as 9 horas da manhã até ao meio dia, e far-se-ha pelo methodo estabelecido nos referidos decretos de 30 de dezembro de 1858 e 23 de março de 1859.

Para este effeito todo e qualquer individuo, repartição publica, estabelecimento ou corporação, que pretender comprar um ou mais bilhetes da loteria, deverá no dia em que este plano for publicado no *Diário de Lisboa*, e nos dias seguintes, solicitar em qualquer das administrações de bairro d'esta cidade senhas para o numero de bilhetes que desejar, e sómente as pessoas munidas com as referidas senhas serão admitidas na casa da venda dos bilhetes no dia e ás horas acima designadas, conforme for declarado nas respectivas senhas. Aquellas que não comparecerem no dia designado na respectiva senha, e dentro da hora marcada, perderão o direito aos bilhetes, conforme o determinado no artigo 5.º do decreto de 30 de dezembro de 1858.

A extracção terá logar no dia 16 do dito mez de março de 1860, sendo precedida, na forma do estylo, da entrada das espheras nas rodas, que se fará em acto publico no dia da extracção ás 9 horas da manhã. Finda a extracção se fará em acto successivo, e tambem em publico, a conferencia dos numeros extrahidos, e dos respectivos premios.

Para a extracção da loteria entrarão em uma das rodas todas as espheras que representam os numeros, e na outra somente as que designam os premios, com exclusão das espheras brancas; sendo os premios minimos indicados com a letra —M— nas espheras que houverem de os representar, a fim de poder servir a mesma collecção em todas as loterias.

Em virtude das disposições da portaria de 18 de abril de 1836, preserve-se a favor dos expostos d'esta corte os premios da presente loteria, que não forem exigidos no prazo de 5 annos, contados do dia em que findar a extracção.

ESCOLA POLYTECHNICA

Pela direcção da escola polytechnica se annuncia que a matricula para o curso de chimica (3.ª cadeira) se acha aberta, e continuará até o dia 15 do corrente, dia em que impreterivelmente ficará encerrada.

Aquelles que pretenderem matricular-se deverão entregar na secretaria da escola os seus requerimentos competentemente documentados, dentro do prazo acima declarado.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Precisa-se de enfermeiros para a armada. Os individuos que forem admitidos no respectivo quadro terão as vantagens consignadas no decreto de 20 de outubro do anno proximo findo. No hospital da marinha se recebem os requerimentos dos pretendentes a estes logares, e se dão os esclarecimentos necessarios.

Hospital da marinha, 16 de fevereiro de 1860. —Dr. Manuel Maria Rodrigues de Vascos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica no dia 9 de março corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, a compra de 200 metros de serafina branca para consumo da armada.

No dia 8 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho contratar em hasta publica a compra de 100 arrobas de oleo de linhaça para consumo do arsenal da marinha.

O conselho de administração de marinha ha de contratar em hasta publica no dia 10 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, a compra de 20 pipas de vinho tinto para consumo da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 2 de março de 1860. —Antonio Joaquim de Castro Gonçalves, secretario.

REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRICTO DE LISBOA

Relação das annullações das verbas da contribuição predial, respectiva ao 2.º semestre de 1859,

ordenadas pela junta dos repartidores d'este bairro e pelo conselho de districto.

1.ª Seção

Antonio José da Silva Collares—por ter ficado devoluto o 3.º andar do seu predio de julho a setembro de 1859..... 806

Antonio José Salgado (herdeiros)—por ter ficado devoluto duas divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 25.029

Anna Maria Lopes—por ter ficado devoluto o seu predio no 2.º semestre de 1859..... 2.316

Antonio Nicolau Rodrigues Canella e outros—por ter ficado devoluto uma loja do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 726

Antonio Marques Gonçalves—por ter ficado devoluto todo o seu predio no 2.º semestre de 1859..... 2.316

Ayres Mascarenhas Valdez—por ter ficado devoluto o 4.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 3.233

Barão de Almeirim—por terem ficado devoluto diversas divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 1.262

Bento Correia Ayres de Campos—por ter ficado devoluto uma loja do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 1.292

Bernardo José de Oliveira—idem idem idem..... 1.210

Duque de Palmella—por terem ficado devoluto diversas divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 35.268

Emilia das Neves e Sousa—por ter ficado devoluto uma loja do seu predio nos mezes de julho e agosto de 1859..... 860

Francisco da Silva Mello Soares de Freitas—por terem ficado devoluto tres divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 8.410

Germano Augusto da Silva Pedrosa—por terem ficado devoluto duas divisões do seu predio de 1 de junho a 15 de agosto e 16 de outubro a 31 de dezembro de 1859..... 15.362

Henrique Jeronymo de Carvalho Prostres—por ter ficado devoluto uma loja do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 806

João da Cunha Ribeiro—por terem ficado devoluto umas barracas no 2.º semestre de 1859..... 3.233

João Ferreira de Sousa—por terem ficado devoluto tres divisões do seu predio em diversos mezes do 2.º semestre de 1859..... 806

João José da Costa—por ter ficado devoluto

luto o 2.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 5.254

João Vieira Pimenta—por terem ficado devoluto duas divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 2.424

José Estanislau Frade de Almeida—por ter ficado devoluto o 2.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 1.008

José Silverio Gomes—por ter ficado devoluto o 5.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 2.744

Isabel Maria de Sousa Machado—por terem ficado devoluto varias divisões do seu predio em diversos mezes do 2.º semestre de 1859..... 2.020

Luiz Francisco Defferrari—por ter ficado devoluto todo o seu predio no 2.º semestre de 1859..... 1.548

Luiz Maria de Andrade Arnaut—por terem ficado devoluto duas divisões do seu predio em diversos mezes do 2.º semestre de 1859..... 1.128

Luiza Balbina da Silva Alves—por terem ficado devoluto as lojas do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 1.615

Marçal José Pereira—por ter ficado devoluto uma loja do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 376

Antonio José de Sousa Pinto—por ter ficado devoluto o 1.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 4.850

Bonifacio Diniz Pinheiro—por ter ficado devoluto o seu predio no 2.º semestre de 1859..... 3.802

Marianna Amado da Cunha Vasconcellos—por ter ficado devoluto o 1.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 2.880

Marianna do Carmo Teixeira Magalhães Carneiro—por ter ficado devoluto todo o seu predio no 2.º semestre de 1859..... 15.312

Miguel Antonio Falcão—por ter ficado devoluto o 1.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 3.233

Simão Filipe Rodrigues Branco—por ter ficado devoluto uma loja do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 482

Vicente Ferreira Molina—idem idem..... 402

Visconde de Benagazil—por ter ficado devoluto o 2.º andar do seu predio nos mezes de julho a novembro de 1859..... 4.040

Viscondessa de Rio Seco—por ter ficado devoluto o 1.º andar do seu predio no mez de julho de 1859..... 1.993

Achilles Polety—mandado de annullação por terem ficado devoluto as barracas no 2.º semestre de 1859..... 1.511

Antonio José da Motta—mandado de annullação por ter ficado devoluto todo o seu predio no 2.º semestre de 1859..... 1.998

Domingos Garrido—mandado de annullação por ter ficado devoluto as barracas no 2.º semestre de 1859..... 5.290

Misericórdia de Lisboa—mandado de annullação por ter ficado devoluto todo o seu predio no 2.º semestre de 1859..... 13.280

Valentin José da Costa—por ter ficado devoluto o 1.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 11.646

102.711

2.ª Seção

Alexandre Joaquim de Sequeira Lopes—por terem ficado devoluto duas divisões do seu predio de julho a setembro e outubro de 1859..... 3.880

D. Anna Bernardina Alves Pereira Cardoso—por terem ficado devoluto cinco divisões do seu predio em diversos mezes do 2.º semestre de 1859..... 15.960

Antonio da Silva Rego—por ter ficado devoluto o 1.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 15.909

Bernardino José de Carvalho—por terem ficado devoluto diversas divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 24.588

Duque de Palmella—por terem ficado devoluto tres divisões do seu predio de julho a setembro e julho a outubro de 1859..... 4.846

D. Henriqueta da Piedade Mello Albuquerque—por terem ficado devoluto duas divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 2.820

Carlos Bernardino Sousa Fonseca—por ter ficado devoluto todo o seu predio no 2.º semestre de 1859..... 26.962

João Vicente Miguel—por ter ficado devoluto uma loja do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 308

José Fortunato Freire Themudo (herdeiros)—por ter ficado devoluto o 1.º andar do seu predio nos mezes de julho e agosto de 1859..... 1.184

José Henriques Pereira da Silva—por ter ficado devoluto o 4.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 1.292

José Joaquim Rodrigues—por ter ficado devoluto o 3.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 1.998

José Maria de Sousa Conceição—por ter ficado devoluto uma loja do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 2.506

Luiz Manuel do Couto e Lima—por ter ficado devoluto o 3.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 1.615

Luiza Anna Huel Morales—por ter ficado devoluto uma loja do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 8.316

Manuel José de Oliveira—por terem ficado devoluto duas divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 1.886

Manuel José Pereira—por terem ficado devoluto quatro divisões do seu predio em diversos mezes do 2.º semestre de 1859..... 2.345

D. Miquelina Francisca Soares de Oliveira—por terem ficado devoluto cinco divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 10.810

Manuel dos Santos—por ter ficado devoluto todo o seu predio nos mezes de julho e setembro a dezembro de 1859..... 61.792

Misericórdia de Lisboa—por ter ficado devoluto todo o seu predio no 2.º semestre de 1859..... 3.806

João José de Moura Coutinho—por terem ficado devoluto tres divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 20.868

210.531

3.ª Seção

Adriano Antão Barata Salgueiro—por terem ficado devoluto duas divisões do seu predio de julho a outubro e julho a dezembro de 1859..... 3.772

Alberto Carlos Cerqueira de Faria—por terem ficado devoluto tres divisões do seu predio de julho a setembro e julho a dezembro de 1859..... 21.436

D. Anna Joaquina Marques—por ter ficado devoluto o 3.º andar do seu predio de julho a setembro de 1859..... 2.262

Antonio Ribeiro da Silva—por ter ficado devoluto o 2.º andar do seu predio de julho a dezembro de 1859..... 9.702

Baroneza de Barcellinhos—por ter ficado

devoluto o 2.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 36.573

Duque de Palmella—por terem ficado devoluto cinco divisões do seu predio em diversos mezes do 2.º semestre de 1859..... 10.028

D. Eliza Maria Larigue Strelpflug—por ter ficado devoluto o 4.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 482

Francisco Antonio Balha—por terem ficado devoluto quatro divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 26.444

D. Henriqueta Maria Amalia—por ter ficado devoluto o 5.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 1.615

D. Maria Balbina dos Reis Pinto—por ter ficado devoluto o 4.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 3.233

Antonio da Silva Rego—por ter ficado devoluto uma loja do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 6.144

Antonio Joaquim de Oliveira—por terem ficado devoluto quatro divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 18.5025

Joaquim José de Azevedo—por terem ficado devoluto duas divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 9.995

Izidoro João dos Santos—por terem ficado devoluto tres divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 9.746

Maria Rita do Carmo Alves—por ter ficado devoluto o 6.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 4.85

Visconde de Andaluz—por ter ficado devoluto o 3.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 4.040

João Maria Alves de Sá—mandado de annullação por ter ficado devoluto todo o seu predio no 2.º semestre de 1859..... 66.170

223.052

4.ª Seção

José Ribeiro da Silva—mandado de annullação por ter ficado devoluto todo o seu predio no 2.º semestre de 1859..... 23.189

Antonio José Pereira da Silva—por ter ficado devoluto o seu predio no 2.º semestre de 1859..... 4.717

Antonio Venancio David—por terem ficado devoluto cinco divisões do seu predio em diversos mezes do 2.º semestre de 1859..... 25.990

Antonio Xavier da Costa Veiga—por ter ficado devoluto uma loja do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 3.880

Joaquim Antonio Vianna—por ter ficado devoluto o 4.º andar do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 1.998

Bernardo de Araújo Couto—por terem ficado devoluto quatro divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 8.649

Braz Rebello da Motta—por ter ficado devoluto uma loja do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 10.782

Casimiro de Castro Neves—por terem ficado devoluto duas divisões do seu predio em diversos mezes do 2.º semestre de 1859..... 9.204

Misericórdia de Lisboa—por terem ficado devoluto tres divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 8.599

Conde da Redinha—por terem ficado devoluto sete divisões do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 16.418

Condessa de Villa Real—por ter ficado devoluto uma loja do seu predio no 2.º semestre de 1859..... 1.615

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE FARO

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Faro, no mez de janeiro de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE FARO					
De posta interna.....	-	-	-	-	-
De reino e ilhas.....	10:519	5:920	366	138	2:678
De Hespanha.....	-	-	106	47	-
D'além dos Pyreneos.....	-	-	31	84	-
Das provincias ultramarinas.....	-	-	34	1	-
De portos estrangeiros, por navios.....	-	-	8	1	-
De Inglaterra, pelos paquetes.....	-	-	44	35	-
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	-	-	-	-	-
Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	-	-	8	-	-
PARA SEREM REMETTIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS					
Para terras do reino e ilhas.....	10:348	77	460	23	2:752
Para Hespanha.....	-	-	27	-	-
Para além dos Pyreneos.....	1	-	-	-	-
Para as provincias ultramarinas.....	-	-	4	-	-
Para o Brazil, por navios.....	3	-	-	-	-
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	2	-	-	-	-
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	125	-	-	-	-
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	-	-	-	-	-
	20:998	5:997	1:088	329	5:430
	20:100	5:613	1:040	306	4:884
No mez de janeiro de 1859 o movimento da correspondencia foi de					



14-E, sobre o provimento dos logares de capellães do exercito.

Sala da camara, 1 de março de 1860.—F. L. Mousinho d'Albuquerque, deputado por Leiria—Antonio Dias d'Azevedo, deputado pelo circulo 127.

A commissão de guerra.

2.º Renovo a iniciativa dos projectos da commissão de guerra da legislatura finda n.º 95 e 24. —Bivar.

A commissão de guerra.

O sr. Camara Leme:—apresenta um projecto de lei sobre reformas e recompensas militares ao exercito, pedindo, que, em occasião competente, se consulte a camara, a fim de permitir que seja impresso no *Diário de Lisboa*.

O sr. Julio do Carmo:—envia para a mesa uma petição de 17 officiaes reformados, que pedem ser pagos pela tarifa de 1814.

O sr. Frazão:—manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo, e o requerimento de um empregado das repartições extintas, pedindo ser addido ao arsenal do exercito.

O sr. Alencar:—manda para a mesa uma nota de interpellação.

Mandando esta interpellação, já se vê que não pretende effectua-la já; primeiro porque o sr. ministro da marinha não tem conhecimento d'ella, e em segundo lugar porque não pôde interpellar um individuo que se não acha presente.

Como o seu fim é chamar a attenção do governo sobre os pontos que n'ella indica, não é fóra de proposito dizer duas palavras sobre os tres pontos de que na mesma nota faz menção.

O primeiro é sobre a necessidade de se estabelecerem algumas vantagens para os empregados de justiça que se acham no ultramar, sendo talvez mais curial o acabar-se com a distincção entre magistratura do reino e ultramar.

Quando em 1836 se promulgou o decreto de 7 de dezembro, estabeleceu-se que os juizes seriam obrigados a servir seis annos no ultramar para depois entrarem na magistratura do reino. Nessa epocha não se exigiam mais habilitações para um individuo ser despachado juiz de direito do ultramar, senão o ter a sua simples carta de formatura; hoje, porém, que, pela legislação moderna, se exigem as mesmas habilitações para os logares da magistratura no ultramar que se exigem no reino, entendo que já não ha a mesma razão do se estabelecer que o juiz do ultramar seja obrigado a servir seis annos para depois entrar na magistratura do reino.

Entende também, que a respeito dos escrivães é necessario estabelecer uma lei em que se marquem as habilitações para aquellos que têm de exercer este cargo no ultramar, podendo ser também transferidos para o reino.

O segundo ponto é sobre a organização e ordem dos cartorios dos ditos empregados.

Os cartorios dos diferentes empregados de justiça do ultramar acham-se em grande desleixo, trazendo para exemplo o cartorio de Moçambique, onde não existia o protocollo de entrada e saída dos autos, podendo d'este modo desaparecerem os processos com toda a facilidade.

Pede pois ao sr. ministro da marinha, que tendo em vista os relatorios que elle orador e outros juizes remetteram ao governo, relativos á organização que se deve dar aos cartorios dos escrivães do ultramar, mande quanto antes confeccionar os regulamentos precisos, para que nos cartorios haja aquellos livros que são indispensaveis para se poder exigir a responsabilidade d'aquelles empregados.

O terceiro ponto é sobre as leis do processo que se acham adoptadas nas diferentes comarcas do ultramar, e chama sobre isso a attenção de s. ex.ª, porque é uma anomalia que nas diferentes comarcas do ultramar vigore em quanto ás leis do processo, em umas a reforma de 1837, e em outras a reforma de 1841.

O sr. Presidente:—nota ao sr. deputado que não está a occasião de realisar a sua interpellação, que é o que está fazendo.

O orador:—não realisa a sua interpellação, esteve fazendo indicações que servirão de base para o sr. ministro meditar sobre ellas. O seu fim é que se cumpram essas indicações no todo ou em parte.

#### PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

ELIÇÃO DAS COMISSÕES DE INTRACÇÕES E DE PONTAS

Procede-se á votação para ambas as comissões, compostas cada uma de 7 membros.

Corrido o escrutinio para a commissão de infracções, verifica-se terem entrado na urna 90 listas, sendo 17 brancas, e só obtiveram maioria absoluta Os srs. Mello Soares com 62 votos

Barroso..... 50 »  
Lopes Branco..... 48 »  
Gonçalves Freitas..... 47 »  
Furtado..... 47 »

Faltando por consequência dois membros para se completar esta commissão.

Corrido o escrutinio para a eleição da commissão de pontas, verifica-se que entraram na urna 87 listas, das quaes 14 brancas, maioria absoluta 44, e apenas siem eleitos:

Os srs. João Antonio Gomes de Castro com 67 votos  
Anselmo José Bramcamp..... 53 »  
João José de Azevedo..... 45 »

O sr. Presidente:—declara que a eleição dos membros que faltam para o complemento d'estas duas comissões, terá lugar amanhã.

#### SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DA RESPOSTA AO DISCURSO DA COROA

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello) (sobre a ordem):—annuncia á camara que o sr. presidente do conselho de ministros o encarregou de participar que, pelo seu estado de saúde, não tem podido comparecer ao parlamento; e sem embargo de que os seus collegas se promptificam a dar quaesquer explicações que se pedirem, com relação aos assumptos que prendem com as pastas que elle gere, se não poder comparecer ás sessões durante a discussão do projecto de resposta ao discurso da coroa, está prompto para depois dar todas as explicações que os srs. deputados exigirem.

O sr. Affonso (sobre a ordem):—tendo observado que, hontem, durante o debate sobre o projecto de resposta ao discurso da coroa, um dos objectos que mais pareceu merecer a attenção dos oradores, foi a questão economica do paiz, a que elle orador dá uma grandissima importancia, manda para a mesa a seguinte moção de ordem:

«Tendo-se, por occasião do debate que nos occupa, entrado principalmente na apreciação definitiva da importantissima questão das pastas das alfandegas, proponho que se dê sobre este determinado assumpto a palavra a quem a pedir, devendo somente terminar-se a questão pelos termos prescriptos no regimento.»

E pedindo licença para fundamentar, na conformidade do regimento, congratula-se com a camara e com o paiz, por ver em fim que já se pôde entrar francamente em uma questão sobre reforma de pastas, cousa que ha annos não podia ter lugar.

Em 1843 foi o unico deputado que n'esta casa quebrou o gelo sobre tão importante questão, quando se tratava da lei da moeda pautada para a ilha da Madeira. Em 1850 reviveu ella, e ainda elle, orador, foi o seu apostolo, mais apostolo martyrisado, tendo havido n'esta casa quem lhe chamasse assassino da industria portugueza, e quem na imprensa dissesse que estava vendido aos interesses da Inglaterra. Assassino da industria portugueza, exclama o orador,

o homem que propunha dar de protecção 40% a essa industria, e que a queria libertar de um poderoso concorrente, qual é o contrabando? Vendido aos interesses da Inglaterra, o homem que primeiro que tudo e alem de tudo é portuguez; e que só anheia por promover os interesses d'este paiz, fazendo-o occupar na communhão europea o logar que lhe compete, pela sua posição geographica, e pelas suas maravilhosas circumstancias.

A questão das pastas pôde ser francamente abordada hoje. Começam todos a sentir que é uma questão de um interesse palpitante, e que pôde concorrer poderosamente para o desenvolvimento material e intellectual da terra em que nascemos.

Lançar-se sobre a communhão inteira um tributo desrazoado em favor de dez, doze ou vinte homens, que se dizem fabricantes, é uma expolição exercida contra o consumidor, que revolta as leis divinas e humanas.

Entendo, que uma industria creada debaixo de uma certa legislação, tem direitos incontestaveis a uma protecção rasavel; mas quando essa protecção se traduz em direitos de 200 e 300 %, nas pastas das alfandegas, é o contrabandista o usufruidor d'essa protecção, e de nenhuma sorte o industrial que se deseja proteger.

Debatem-se dois grandes principios, o da protecção e o da liberdade do commercio. Em 1843 quiz-se fazer uma experiencia na alfandega do Funchal, e passou em 13 de maio d'esse anno a carta de lei, autorisando a reduzir-se na madeira a metade o direito de importação, fosse qual fosse a procedencia. Qual foi o resultado? Foi um augmento na receita d'aquella alfandega. Nem outra cousa podia ser, porque o augmento do consumo, e a difficuldade do contrabando haviam de trazer esta necessaria consequencia.

Pôde-se ainda recorrer, entre muitos exemplos, ao da administração do correio de Londres. Uma carta para qualquer parte da Gran-Bretanha pagava um schelling (onze vinténs do nosso dinheiro). Fez-se uma espantosa redução; e essa mesma carta pagava hoje um penny (um vintém do nosso dinheiro). A receita d'aquella administração dobrou com esta diminuição. Contra exemplos d'esta ordem não pôde deixar de se sujeitar o espirito, ainda o mais renitente n'estas materias.

A argumente que se importa para preparar os nossos vinhos para os mercados do Brazil, paga 3500 réis por almude; uma pipa de vinho que se lota para aquellos mercados leva tres almudes de aguardente e seis de vinho abafado, que já é feito com um terço de aguardente. Temos pois, que uma pipa de vinho leva seis almudes de aguardente, que a 3500 importa em 21000 réis, segundo-se d'aqui que o vinho á sua saída fica pagando um direito de exportação igual a 21000 réis. Entendo portanto que a aguardente, importada nos armazens de retém para a confecção dos vinhos, fosse, ou isenta de direitos, prestando fiança idonea o importador á sua reexportação, ou então lhe fosse imposto um direito modico, e que não apresentasse a triste anomalia de castigar em vez de premiar o exportador, que procura novos mercados ao primeiro genero de exportação d'este paiz. Acredita que um direito de 800 réis por almude era rasavel, e traria ao thesouro sommas que elle hoje não recebe.

Fez parte do debate de hontem o tratado ha pouco celebrado entre a Gran-Bretanha e a França, e disse algum que estava plenamente satisfeito sobre o futuro da nossa industria vinicola nos mercados de Inglaterra. Não pensa assim; desde abril de 1861 em diante os vinhos pagarão o direito por uma escala alcoolica. Ora, sendo os nossos vinhos muito mais alcoolicos do que os francezes, fica por esse facto estabelecido um direito differencial, que não pôde senão acarretar graves males á nossa cultura vinhateira. Um francez precisa, para fazer uma pipa de aguardente de 22º de *Cavité*, de dez a doze pipas, em quanto que um portuguez fabrica uma pipa de aguardente de 30º com seis pipas de vinho. Já se vê d'aqui o futuro que nos espera, vigorando, como não duvida de que ha de vigorar, a escala alcoolica para a imposição do direito nos mercados de Inglaterra. Não cessam pois as suas apprehensões, sentindo muito não poder partilhar o socego e a tranquillidade de espirito, que domina alguns cavalheiros com relação ao tratado a que allude.

Diz que os embaraços e as peias nas alfandegas concorrem poderosamente para affugitar do nós o commercio estrangeiro; offerece á camara um *specimen* da maneira pela qual se fazem os despachos, especialmente na alfandega do Funchal. Alem do direito marcado ha mais 3½%, mais 5, mais 7, mais 12, e não sabe quantos mais, de maneira que um caixeiro de uma casa de commercio, para fazer um despacho, tem de estudar pelo menos dois annos ou tres n'uma aula do commercio.

Ossuace é despachado pelo mesmo modo; e já que n'elle falla, sente profundamente que o alto direito com que se acha sobrecarregado, não só convide ao contrabando, mas nos inhabilite para uma industria importante, a que nos poderíamos dar, qual era a da fructa em doce, ou fructa coberta, que tem um preço tão subido em todos os paizes da Europa. Se disser que pela alfandega de Viança se despacharam em 1858 somente vinte e sete arrobas de assucar para consumo, ninguém o acreditaria; no entretanto é uma verdade, e vê-se d'aqui que é o contrabando quem fornece o resto.

Amo mesmo tempo o bacalhau, objecto de primeira necessidade, paga 1800 por quintal, e isto para proteger uma companhia de pescarias que quebrou, mesmo pela protecção exagerada que se lhe tinha dado.

Resumindo o que acaba de dizer, entendo que devemos empregar todos os esforços para obter uma legislação de alfandegas, que nos ponha a par da sciencia economica, e das nações civilisadas da Europa.

O sr. Ministro da Marinha (Ferreir):—tem pouco a dizer, mas julga necessario dar algumas explicações acerca do que disse hontem o sr. deputado Arboas.

O illustre deputado irrogou uma severa censura ao governo, e os fundamentos foi busca-los a repartição de marinha a seu cargo.

Não pôde assistir ao principio da sessão em que o illustre deputado discorreu largamente sobre o assumpto, todavia vir pelo extrato das sessões que vem publicado no *Diário de Lisboa*, o que s. ex.ª disse, e apas do que, o sr. ministro do reino allude, e a camara já disse a este respeito, intende dever fazer ainda mais algumas considerações.

Agradece a s. ex.ª o cumprimento que lhe fez no fim do seu discurso, supposto que não está muito em harmonia com o que disse no mesmo discurso, e a proposito, não podia deixar de dizer que sente ter perdido um amigo politico, que se não era muito dedicado, tratava o governo com muita affeição.

S. ex.ª para dar mais força no seu discurso, tratou de o colorir com cores tão vivas, que está persuadido de que faria impressão na assembléa, se porventura não tratasse de descorar um pouco o quadro que s. ex.ª desenhou, para ter o effecto que desejava.

O illustre deputado referiu-se á questão que existe entre Portugal e Inglaterra, a respeito da ilha Bolama: o seu collega do reino já disse que era uma questão antiga, e elle, sr. ministro, dizia que é antiquissima (*apoiados*).

Não pôde alargar-se, fazendo muitas considera-

ções sobre este objecto, porque, é uma questão diplomatica que está pendente; mas ha de ir até onde entenda que o governo pôde ir, para de alguma maneira esclarecer a camara.

Existe effectivamente uma questão que pende entre o governo portuguez e o da Gran-Bretanha, sobre o direito de posse d'esta ilha. A ilha de Bolama, foi no reinado do sr. D. José que a coroa de Portugal tomou posse d'ella, por meio de uma cessão que lhe fez o rei da Serra Leoa, tendo-se feito o competente auto, e considerada como pertencendo á nação portugueza, e não se deu aquella parte da provincia a importancia que vem agora a ter.

Os inglezes em 1792 mandaram uma colonia para aquella ponto, com tres embarcações com colonos: uma d'essas embarcações chegou a desembarcar a gente que levava na ilha de Bolama, porém, foram expellidos pelos proprios vizinhos do terreno: depois passaram para Bissau onde se achavam as outras duas embarcações com os colonos, e ali fizeram um contrato com os regulos sobre essa ilha, d'onde data o direito que os inglezes suppõem ter, mas direito que já estava prejudicado.

Depois d'esta epocha alternativamente tem havido ratificações de contrato, não só por parte da Inglaterra, mas por parte de Portugal; e pelo governo de Portugal foi feito e ratificado depois em 1825 e 1830 um contrato com os mesmos regulos, com quem os inglezes tinham contratado, porque os portuguezes entenderam em virtude da cessão feita pelo rei da Serra Leoa, que podiam também contratar com aquellos ditos regulos, os quaes declararam positivamente que não tinham vendido aquella ilha ao governo inglez: todavia o governo inglez tem contestado o direito de posse, e o governo portuguez, attendendo ao seu direito, não tem deixado de pugnar por elle.

Os attentados, de que falla o illustre deputado, têm toda a força para haver da nossa parte reclamações as mais fortes; mas é preciso primeiro decidir á questão principal, porque sem isso os inglezes recusam-se a dar a reparação, que se tem perdido com as maiores instancias, e que foi pedida mesmo pelo seu antecessor.

Se por tanto, a ilha é nossa; se entendemos que pugnamos bem, porque o direito está da nossa parte, effectivamente o acto praticado de violencia e abateimento da nossa bandeira, é um acto muito para sentir e lastimar, e merece que da nossa parte pugnemos pelo nosso direito; mas se a ilha pertence á Inglaterra, os actos praticados em terreno que ella diz ser seu, não tem o mesmo caracter como se por ventura fosse nosso, ainda que entendemos que é.

Mas repete: esta questão data de muito tempo, e é negocio que se acha pendente.

O illustre deputado igualmente atacou o governo, por motivo de uma apprehensão que se fez nos mares da China, e accusou o governo de não ter tomado a este respeito a attenção que devia tomar para desaggravar a nossa bandeira. A isto responde com uma parte do officio do governador de Macau, que passa a ler, d'onde se vê que longe de haver o procedimento que o illustre deputado entende que devia ter logar, pelo contrario vê-se pelas diligencias do governador que houve uma reparação para nós muito honrosa, e então não havia motivo de deshonra para a bandeira (*apoiados*), e o governo conseguiu do seu delegado muito mais que era de esperar (*apoiados*).

Outra accusação fez o illustre deputado, e é, quanto ao governo dizer no discurso da coroa que reina socego nas provincias do ultramar. O governo disse a verdade (*apoiados*), e o caso que apontou do Congo está muito longe da resposta ao discurso se dever referir a esse facto, e para se declarar como não verdadeiro que não existia tranquillidade nas provincias ultramarinas; nem em tempo nenhum, quando ha estas aggressões, se julgou isto motivo para se declarar que não ha socego nas provincias de alem-mar (*apoiados*): são sempre pequenas aggressões que se rechaçam facilmente, e sobre isto mesmo deve dizer que não ha noticia official a tal respeito.

Em segundo logar, o que aconteceu não é de tanta importancia como ao illustre deputado se affigurou, para deverem ir já da metropole esquadras e exercitos, a fim de se submeter a força dos pretos que tiveram alguma vantagem sobre as nossas tropas.

Morrendo o rei do Congo, apresentaram-se dois pretendentes, um o Marquez de Catende, e o outro o príncipe de Dengo, sendo eleito o Marquez de Catende. Depois da eleição houve tumultos e desordens, sendo necessario que o governador geral de Angola mandasse uma companhia de artilheria com alguns soldados para auxiliar o rei eleito. Essa força, commandada por um official, chegou ao forte de S. Salvador, mas não occupou esta posição, e retirou-se para um sitio um pouco distante: os pretos, animados com a retirada da força, vieram atacar o morro que ha ao pé de S. Sebastião, mas foram rechaçados, e n'essa occasião seis pretos que se achavam embuscados causaram a morte do commandante. A morte d'esse official é que fez desanimar os soldados e com que se retirassem.

Já a camara vê que este negocio não tem a importancia que lhe quer dar o illustre deputado, mas em Angola ha força sufficiente para castigar os pretos, porque tem perto de 4000 homens, e elle, sr. ministro, espera receber a cada momento a noticia de que foram castigados da audacia que tiveram. É sabido que os pretos quando fogem diante d'elles são atrevidos, mas quando procurados são tímidos, e é certa a victoria.

Por consequência, o illustre deputado sabe pela importancia do caso, e a até por não ter succedido nos limites da provincia, que se não pôde dizer que a tranquillidade nas provincias ultramarinas tenha sido perturbada.

O illustre deputado disse mais, que o governo apresentava no seu relatório a ideia de adiar ad infinitum a organização das nossas provincias do ultramar. O governo diz que achava uma cousa muito importante a organização d'essas colonias, mas espera que a fazenda esteja organizada; e isto é um motivo obvio, porque não sabe até que ponto se pôde exigir da bolsa dos contribuintes para fazer face ás despesas que necessariamente se tem de fazer com as nossas colonias. Não ha de vir pedir ao parlamento 400.000.000 réis para fazer face a essas despesas, sem se saber d'onde essa verba ha de sair.

Parce-lhe ter respondido aos tres principais pontos que formaram a accusação do illustre deputado por Cabo Verde, e mostrou que essas accusações não proseguem, e são completamente destituídas de fundamento (*apoiados*).

Em quanto a indemnizar os senhores dos escravos, quando no fim de uma certa epocha tiverem a liberdade, isso refere-se ao decreto que aboliu a escravatura em alguma das nossas possessões ultramarinas no anno de 1868. O illustre deputado quer que o governo pense desde já nos meios com que ha de indemnizar os senhores dos escravos que existirem em 1868; mas não lhe parece que haja absoluta necessidade de se pensar desde já n'uma cousa que ainda vem tão longe, e ignorando-se até qual será o numero de escravos que então existirem em poder dos senhores.

Parce-lhe ter respondido, como pode, ao illustre deputado no que tocava especialmente á repartição a seu cargo; e sobre as considerações gemas que o illustre deputado apresentou, já lhe respondeu o seu collega do reino.

O sr. Rodrigues Sampaio:—manda para a mesa o parecer acerca da segunda incompatibilidade arguida ao sr. Filipe Folque.

Manda-se imprimir.

O sr. Silva Cabral:—incommodado, como está, não teria vindo á camara se não tivesse de cumprir o dever resultante do haver pedido a palavra, para tomar parte no debate que actualmente occupa a attenção da camara; e sente que os trabalhos da sessão de hoje correm de modo, e isto sem culpa de algum, que lhe tocasse a palavra no ultimo periodo d'ella, porque não terá tempo de expor todas as ideias e considerações que tenciona submeter á apreciação da camara.

Não vem á camara para fazer cumprimentos aos srs. ministros. Se deveres de reciproca civilidade lho exigirem, ha de cumprilos com todo o gosto, mas devidamente e em outro logar. Na cadeira de deputado olha só para a significação do seu mandato, e para as obrigações que este lhe impõe; e reputa-o muito alto e muito elevado para o rojar aos pés das cadeiras dos srs. ministros.

Só, ou acompanhado, sem olhar nem para a direita, nem para a esquerda, nem para cima, nem para baixo, ha de caminhar via recta. O seu dever e a sua razão serão sua guia unica; tomará por seu o prologo do primeiro orador romano; irá sempre para onde a razão o conduzir.

Foi allim quebrada a concha em que, não pelo voto do povo, mas por espirito de intolerancia a mais pronunciada, foi, quasi por dois lustros proscripção o seu nome da representação nacional. Os povos de Odenira e de Ourique, localidades que recordam os dois feitos mais notaveis da nossa historia, quebraram o ostracismo e a emulação que tío obstinadamente contra elle se ha estabelecido e mantido! Graças, mil graças, aos corajosos e independentes eleitores do circulo n.º 143!

Calejado por uma longa experiencia, e com as vistas nas paginas da antiga e moderna historia, não se affligiu de ter sido victima da mais forte prepotencia; tem-não sido muitos egregios e virtuosos cidadãos.

Lança um denso véu sobre tantos desvarios, mais dignos de commeração do que do proprio desprezo e indignação—*pater ignosce illis, quia nesciunt quid faciunt*, será este o unico desígnio proprio do coração christão.

Ilustres estadistas entenderam poder riscar do livro da natureza o preceito de que não façam aos outros aquilo que não querem que te façam.—Os motivos e as razões da perseguição que se lhe fez comprehendendo-o bem a consciencia publica, e tanto lhe basta para sua satisfação!

Não costuma prometter o que não pôde fazer, nem fazer aquilo que vá de encontro á razão e á sã moral. Conservará incólume e pura a sua independencia; a firmeza dos seus principios, e pura a fé da sua consciencia e a inflexibilidade do seu caracter, embora amigos ou contrarios o taxem de teimoso ou obstinado. Os homens imparciaes que observarem os actos da sua vida publica, quer na tribuna parlamentar, quer na da imprensa, e mesmo na sua vida domestica, não de achar n'esses actos a prova irrefragavel de que sempre sustentou, defendeu e pugnou pela liberdade do pensamento, pela liberdade religiosa, e pela liberdade do ensino.

Pedirá leis severas, porque deseja que sejam defendidas as pessoas contra as calumnias; protegido o cidadão contra as arbitrariedades do governo, e o governo contra as injurias dos particulares; rodeados os tribunaes da indispensavel independencia; as leis que sejam cumpridas; que a verdade não seja sophismada; nem invertidas todas as ideias do justo e do honesto.

A liberdade abandonada a si mesma é uma decepção, uma mentira, carece de outros elementos para poder ser efficaç e verdadeira; e esses elementos não se encontram senão na alliança pura e indevel entre a autoridade e a igualdade. Esta alliança existe nas instituições que nos regem, mas que infelizmente tem sido quebradas. Não se pôde admitir que se retrograda a epochas mais remotas, e se consinta o principio de que *l'etat c'est moi*. Não é possível consentir que a autoridade seja expoliada dos seus direitos imprescriptiveis, que o parlamento é obrigado a manter; nem consentir que a liberdade continue entre nós, como até aqui, tornada na mais estúpida tyrannia que tem opprimido o povo!

Tem-se descurado todos os interesses: está abando o commercio, a industria definhada, e a agricultura despredada; a nação dividida em fracções, olhando-se com mutua desconfiança; o povo de revolta em revolta; o governo prometendo o melhor, e faltando a tudo quanto promette. De Lisboa até á mais pequena aldeia o favoritismo e proteccionismo decidindo todas as questões e servindo para as nomeações dos cargos publicos! Não ha liberdade, nem economia. Não se illuda o parlamento, nem se queira illudir o povo portuguez. Entre nós a liberdade é pouco mais do que nada. A tranquillidade publica, em que o governo se gloria n'um paragrafo do discurso do throno, e a que a commissão responde completamente, é uma asserção que a consciencia publica contraria. Abra-se o codigo politico, corra-se a escala das garantias ali consignadas, invoque cada um dos srs. deputados o testemunho da sua memoria sobre o que têm visto e presenciado nas suas cidades, villas e aldeias; interroguem depois o testemunho da sua consciencia, e ella lhes dirá, que a maior parte das garantias consignadas no codigo fundamental tem sido violadas. A violação da lei tem-se comunicado dos mais altos graus da jerarchia social, para todos os outros. Deve notar-se que ha uma differença entre espirito de partido e a consciencia: fugir d'aquelle, é um dever; prescindir d'esta é mais do que uma falta, é um crime. A verdade não está nem em todos os partidos, nem em todos os membros d'esses partidos; a verdade ha de encontrar-se n'aquelles que sem paixão considerarem, virem e examinarem as causas; aproveitando a sua posição para com energia combaterem o erro onde elle estiver; aproveitando as ideias novas, não por serem novas, mas por serem boas. E necessario não sacrificar os interesses da patria aos interesses pessoais; é necessario salvar a patria, e antes de tudo morrer portuguez.

É preciso tornar verdadeira á liberdade ficticia de que gosámos, e arrancar o paiz da desgraçada verdade em que vae caminhando, para não continuar a predominar um systema sem justiça, sem nexo, e sem fim social.

Que prometteu o ministerio quando tomou sobre seus hombros o pesado encargo da gerencia dos negocios do paiz? Que compromissos contrahiui elle sobre os altares da patria? Cumpriu o governo com fidelidade e verdade esses compromissos?

Eis os pontos que devem fazer objecto do exame da camara, exame dirigido com verdade, sem amor nem odio, sem prevenções, nem preconceitos de qualidade alguma; sem ver diante de si as pessoas dos srs. ministros, que todos respeitam e consideram como membros de um poder publico, independentemente das suas qualidades pessoais, e ver somente os seus actos governamentais, avaliando-os com imparcialidade e justiça, e com o menor espirito de interesse ou ambigão, com a luz da razão e com o escanpello da analyse!

Eis o que a patria reclama dos seus eleitos, eis o dever co-relativo que pesa sobre suas consciencias, e pela sua parte ha de satisfazer, quanto couber em suas forças, este dever.

Quando o ministerio actual, em 17 de março preterito, veio annunciar á camara a sua ascensão ao poder, fallára pela boca do seu dignissimo presidente. O programma que se propoz seguir era na verdade simples e compendiozo, mas fecundo em esperanças, e teria bons resultados se acaso a sua execução houvesse correspondido ás suas palavras. A carta constitucional, observada á risca, foi uma inscripção dignamente posta na bandeira ministerial. Não fora portanto para admirar que todos os homens de boa fé agorassem uma nova era para este pobre Portugal, tão sequioso de boa administração e de justiça; uma era em que se reunissem de roda do throno todas as fracções em que o paiz está dividido, sujeitando-se todas á observancia litteral, genuina, completa e leal de todas as praticas e preceitos constitucionaes; e em fim que o proprio ministerio se tornasse o *Archimedes* da salvação da patria, levantando-a do abatimento em que a tem lançado o desprezo ou denegação da legalidade e da justiça.

Estas esperanças cresceram pelas declarações feitas posteriormente pelos srs. ministros. Também concebeu as mesmas esperanças, ainda que foi muito curta a sua expectativa, porque o desengano não se fez esperar por muito tempo.

O ministerio poz de parte, com pretextos e razões inadmissiveis, a discussão do orçamento, que é a primeira e principal attribuição do parlamento. Pediu a distribuição da contribuição predial, e com ella a autorisação para a cobrança dos impostos; e tendo-se concedido com generosidade esta autorisação, o ministerio em vez de parar aqui, lançou-se temerariamente no campo das autorisações, e não houve objecto, por grave, importante, e mesmo insignificante que fosse, a que não applicasse este veneno dos governos constitucionaes, sem esquecer, já se sabe, de pedir autorisações para levantamento de fundos, viver favorito das administrações imprevidentes.

Desde que tão improficamente se desenvolveu o programma ministerial, o desengano não podia deixar de ser cabal para todos os homens sensatos: a olhos vistos o ministerio fez volta face ao seu programma, e o que pretendia era continuar a viver á custa de expedientes, cada vez mais fataes para a nossa organização publica. As reformas tão urgentemente reclamadas pela gravidade das nossas circumstancias, tinham desaparecido inteiramente.

O ministro illudindo assim as esperanças do paiz, illudiu-se a si, e perdeu-se no conceito e na opinião publica! O verdadeiro progresso não é o titulo do systema do ministerio, e que tem de continuar a ver representar o fatal drama de viver *le jour au jour* á custa dos papéis de credito, aproximando-se assim cada vez mais do sacrificio do credito nacional, e do futuro do paiz.

A reforma como o ministerio a fez, e nos ramos a que a applicou, não é reforma, é antithese d'ella.

A reforma foi o alargamento e adorno dos assentos, as reformas dadas indevidamente, o augmento consideravel do funcionalismo, e a criação de novas sinecuras; reforma esta que não abona a alta capacidade e conhecimentos dos sr. ministros. Poderia chamar-se isso reforma no dicionario das novidades, mas no dicionario da administração publica e da sciencia social não pôde achar-se a sua verdadeira significação, senão debaixo dos termos, decepção e vaidade!

Como desse a hora, fica com a palavra reservada para a sessão de amanhã.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e a eleição dos membros que faltam para as duas comissões de infracções e pastas, e levanta a sessão.—*eram 4 horas da tarde.*

## NOTÍCIAS DO REINO

### CONTINENTE

Coimbra.—No domingo, 26 do preterito, falleceu n'esta cidade o sr. Cassiano Tavares Cabral, irmão do antigo redactor do *Patriota* o sr. Leonel Tavares Cabral. O fallecido fizera parte dos sete mil e quinhentos portuguezes que desembarcaram no Mindello. Tinha servido diversos logares na magistratura administrativa, e era ultimamente escrivão da comarca de Coimbra.

—No *Continente*, de 28, lê-se o seguinte: «Hontem á noite descobriu o carcereiro da cadeia de Santa Cruz o principio de um arrombamento, feito pelos presos da sala forte, com o fim de passarem para a prisão dos reclusos, e verem se por ali se podiam evadir pelo lado da torre.

«Consta-nos que o carcereiro requerera algumas providencias, que julga indispensaveis para maior segurança da prisão.»

Guarda.—De uma correspondencia dirigida d'esta cidade ao *Jornal do Porto*, em data de 25 do passado, transcrevemos os seguintes paragrafos:

«Por aqui, e creio que por toda a parte, tem sido intensissimo o frio. Gelou-se a agua, gelou-se o vinho fóra dos toneis, gelou-se o leite, e os ovos muitas vezes appareceram gelados. O dia 23 foi bello. O 24 já esteve frigidissimo. Hoje de manhã appareceu todo coberto de pouca neve, que breve se desfaz, havendo sol e nenhum frio do meio dia por diante.

«Apesar porém de tantos gelos e neves, e talvez por elles, as searas de cereaes e trigos dão todas as esperanças que podem dar em epocha tão affastada das colheitas. E as vinhas? As neves, em que por tantas vezes têm sido enterradas as vides e cepas, não deverão modificar o terrivel oídium? Julgamos racional um similhante effeito.»

«O estado sanitario é magnifico. Esta gente, envolvida em neve, gelos e neves, e soprada por um furioso nordeste, goza a melhor saude, tem toda a robustez e agiliade, e vive tão contente que chega a parecer entusiasmada.»

Porto.—No sabado, 25 do passado, escreve o *Nacional*, depois dos officios fúnebres na igreja da Lapa, foram descançar no cemiterio da mesma real irmandade, no mausoleu da familia, os restos mortaes do sr. commandante José Pinto Leite. Os amigos do finado, e de seus irmãos os srs. Joaquim e Cactano Pinto Leite, assistiram áquelle acto religioso, e prestaram assim a ultima homenagem á memoria de um homem que honrou a classe



fragil lenho, no meio das vagas e tormentas, sobre o abismo.

## NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 28 de fevereiro ultimo, e de Paris até 25 do mesmo mez.

Dos despachos telegraphicos, recebidos em Madrid no dia 28 do mez proximo passado, se deprehende que a esquadra hespanhola voltou para Algeciras, sendo obrigada pelo temporal a suspender as operações contra Rabat e Salé. Apenas o estado do mar o permitta, os navios hespanhoes de novo atravessarão o estreito, e bombardearão o primeiro d'aquelles pontos.

Alem dos despachos que contêm estas noticias, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Londres, 26 de fevereiro.—O *Morning Chronicle* publica, na sua segunda edição de hontem (25), um artigo a que se attribue a baixa dos consolidados; dizendo que a Russia e a Austria fizeram um tratado de aliança preparado pelo principe Balabine e pelo conde de Rechberg; tratado este que deve ser muito brevemente assignado, e levado a S. Petersburgo pelo principe de Hesse. Segundo affirma o jornal citado, as principaes bases do tratado são: que a Austria fará concessões em relação aos Logares Santos, consentindo em subordinar a sua politica á da Russia, na parte relativa á Servia e aos principados danubianos. Em troca d'estas concessões, a Russia garantirá o territorio austriaco, incluindo a provincia veneziana, contra qualquer insurreição ou ataque de uma ou outra potencia estrangeira.

Turim, 26.—O ministro da guerra publicou uma circular pela qual são chamados ás armas os individuos das classes de 1890, 31, 32 e 33. Os governadores geraes do reino publicaram um aviso, para que as disposições da circular sejam fielmente executadas.

As correspondencias de Napoles dão noticia de agitação em Palermo e nos Abruzzos: os officiaes que estavam com licença receberam ordem para recolherem aos seus corpos. Foi tambem mobilizada uma parte da guarda municipal.

Marselha, 26.—O principe Milosch está gravemente doente. O seu filho pediu ao sultão que o reconheça preventivamente como principe herdeiro, e a Russia apóia esta petição. Em caso negativo, rejeita-se que rebente uma insurreição de escravos na Turquia.

Affirma-se que esta potencia mandou negociar um empréstimo em Londres de 6 milhões de libras esterlinas.

Paris, 26.—O embaixador turco foi hoje recebido pelo imperador com o ceremonial do costume. O Nord diz que se está assignando em Paris, por grande numero de seculares e ecclesiasticos, uma exposição ao summo pontifice, a fim de se alcançar uma conciliação entre a igreja romana e os principios porque está constituida a sociedade moderna, e de que depende a pacificação da Italia e o futuro religioso do seculo XIX.

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: Paris, 27 de fevereiro.—O *Constitutionnel* publica um despacho dirigido por Thouvenel a Monstrei, em data de 31 de janeiro ultimo, no qual é referida a historia das tentativas infructiferas que fez a França para o arranjo da questão da Italia central. As populações italianas, não querendo continuar sob o dominio dos seus antigos soberanos, appellaram para o espirito conciliador da Austria, inclinándose a favor da solução proposta pela Inglaterra.

Em relação á Romania, Thouvenel diz na sua nota, que sente que os protocolos tenham aggravado a situação, e que a França admittiria ainda uma combinação que não fosse o desmembramento dos estados do summo pontifice, porém com a condição de que ficasse sempre illeso o principio da não intervenção.

## AUSTRIA

Uma correspondencia dirigida de Vienna ao *Ti-mes* dá noticia, nos termos seguintes, da resposta da Austria ás propostas da Inglaterra:

«O correio portador da resposta definitiva da Austria ás propostas da Inglaterra partiu d'esta cidade no dia 17 do corrente (fevereiro), a fim de ir a Paris e depois a Londres.

«Austria, na sua resposta, explica os motivos que não permitem que a corte de Vienna aceite as propostas inglezas como base de uma combinação, que deveria ser assignada pela Austria. O conde de Rechberg expõe que a proposta não só altera essencialmente a base do equilibrio das potencias da Europa, fundado pelos tratados de 1815, mas que está até em completa opposição com o principio fundamental da legitimidade dos governos em geral, e especialmente da monarchia austriaca. Em terceiro lugar, essas propostas destroem os direitos dos principes italianos, direitos que repousavam na garantia da Europa, e que o imperador Francisco José tem obrigação sagrada de proteger, na sua qualidade de chefe da casa de Hapsburgos.

«Tomando em consideração estas rasões, a Austria não accede ás negociações propostas, declarando todavia que por agora não tem em vista destruir pela força das armas aquillo que ella não pôde evitar, mas que reserva a sua plena e completa liberdade de acção para o futuro.

«Faremos notar, que o conde de Rechberg adopta na sua resposta uma linguagem essencialmente moderada e até affável.»

Julgamos a proposito dizer, que das ultimas correspondencias de Vienna se deprehende tambem que a Russia enviou a sua resposta ás propostas inglezas; e que a Prussia está disposta a responder no mesmo sentido que a Russia. O gabinete de S. Petersburgo pensa, segundo affirma a *Gazeta dos Correios*, de Francfort, que é da competencia das grandes potencias estabelecerem os principios que devem servir de regulamento para decidir as questões da Italia, e que para isso seria conveniente que se reunisse uma conferencia europea. Porém ao contrario do que tinha dito um jornal allemão, a gazeta citada sustenta que o governo russo não fez essa proposta por iniciativa da França.

—A *Gazeta de Vienna* publicou em fim o decreto imperial, ha tanto tempo esperado pelos interessados, o que concede sem restricção aos israelitas austriacos o direito de possuirem toda a especie de bens de raiz e de propriedades rurais em doze das principaes divisões territoriais do imperio. O direito de possessão será igualmente concedido no antigo reino da Gallitzia na Buckovina, e na provincia de Cracovia, áquelles israelitas que tiverem a patente de official no exercito, bem como ás pessoas d'essa religião que tiverem cursado, ou de futuro frequentarem, as aulas publicas, e tenham completado os seus estudos n'esses estabelecimentos. Pertence agora aos representantes do paiz, que brevemente se acharão reunidos em assembléa geral do imperio, o fazerem propostas ao governo a fim de reclamarem a graça de que os israelitas, que residem em provincias que não se acham comprehendidas na nomenclatura dos paizes designados no decreto imperial, tenham as mesmas vantagens que aquelles de que acima fallámos.

## PRUSSIA

Affirma-se que a Prussia dirigiu ultimamente uma nota ao governo austriaco, na qual lhe recommenda muita moderação e muita prudencia nas actuaes circumstancias. N'essa nota, segundo se diz, a Prussia promette pôr-se á testa de toda a Allemanha a fim de defender a Austria, se esta potencia for atacada no Mincio.

## DINAMARCA

As ultimas correspondencias de Copenhagen dão noticia de ter chegado a essa cidade mr. Mourad,

que foi immediatamente recebido pelo rei em audiencia particular. Quando saiu do palacio de Christiansborg, mr. Mourad conferenciou com alguns membros do ministerio trasacto, e depois com alguns outros personagens que em 1851 fizeram parte do ministerio. Essas entrevistas, segundo parece, não tiveram resultado algum.

As aspirações dos chefes do partido parlamentar e as do partido democratico fazem crer que mr. Mourad não poderá muito facilmente desempenhar a missão de que foi encarregado. (El Horizonte.)

## NOTÍCIAS COMMERCIAES

### ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

Tabella dos rendimentos cobrados em todo o mez de fevereiro de 1860

CLASSES	RENDIMENTOS	IMPORTANCIAS RECEBIDAS	SOMMAS POR CLASSES
Importação.....	Direitos de entrada ..... nacional ..... estrangeira (tabacos..... tabaco.....) ..... 178,5470	1:849,5160 145:409,5322	158:825,5354
Exportação e reexportação.....	Ditos de saída ..... nacional ..... (lucro por cento.....) ..... 430,8334	1:005,5332 430,8334	2:895,5237
Direitos de porto.....	Tonelagem ..... estrangeira.....	1:544,5107 1:895,5210	3:439,5317
Condennações.....	Tres por cento sobre os direitos (carta de lei de 14 de agosto de 1858.....) ..... 11,4229	4:571,5652	4:571,5652
	Multas diversas.....	11,4229	
	Tomadias.....	1:173,5211	1:184,5640
	Armazenagens.....	905,5097	
	Cinco por cento sobre direitos.....	794,5580	
	Sete por cento item.....	780,4555	
	Somma para pensões e reformados (pensões.....) ..... 333,5491	510,9557	
	Quota do precalço das taras.....	318,5918	
	Emolumentos do extincto administrador do mar.....	77,5032	
	Ditos do logar extincto de primeiro escrivão.....	88,5878	
	Vinte e oito por cento do cofre dos emolumentos.....	998,5890	
	Produtos de fazendas abandonadas.....	177,5405	
	Cedências (não comprehendendo as que são relativas ao imposto para a amortisação das notas).....	—5—	
	Um terço dos emolumentos do intendente dos armazens.....	51,5845	
	Decima pertencente á companhia.....	419,5926	
	Imposto para a amortisação das notas do banco de Lisboa.....	20:554,5165	
	Proprios nacionaes.....	129,5630	
			196:646,5513

### ALFANDEGA DO PORTO

Receita da alfandega de 1 a 27 de fevereiro..... 138:101,5234  
Idem no dia 28..... 7:372,5890  
145:474,5214

### MOVIMENTO DOS VINHOS E AGUARDENTES

Fevereiro, 28			
MANIFESTADO PARA DEPOSITO			
Vinho.....	Pipas Alm. Can.	31 3 -	
Aguardente.....	19 13 1		
DESPACHADO PARA CONSUMO			
No Porto			
Vinho maduro.....	Pipas Alm. Can.	76 5 -	
Dito verde.....	9 -		
Aguardente.....	8 4		
DESPACHADO PARA EXPORTAÇÃO			
Vinho.....	Pipas Alm. Can.	69 1 4	

O navio *Julie*, capitão Johanesen, que havia saído de New-Castle para Lisboa, arribou no dia 8 do corrente a Flekkefjord, perto de Christiansund, com agua aberta, e tem de descarregar para fazer os reparos necessarios.

(Comercio do Porto.)

### MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA  
Dia 2 de março de 1860  
EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Lusitania, paquete portuguez a vapor, capitão J. X. Contente, do Porto em 14 horas, com varias fazendas a G. A. Hancock & C.; 31 pessoas de tripulação, 1 mala e 152 passageiros.

Bom Jesus dos Navegantes, hiate portuguez, mestre F. S. Vianna, de Vianna em 2 dias, com mil e 8 pessoas de tripulação, e 8 passageiros, que são: Domingos Peres, Manuel José Gomes Ribeiro, Manuel Vieira Ferrinho, Mantel Alfaia, trabalhadores, portuguezes; José Marques, Francisco José Exposto, José Amil, Antonio Francisco Jorge, trabalhadores, hespanhoes.

Corinthian, paquete inglez a vapor, capitão J. Wardell, de Liverpool em 6 dias, com fazendas a G. A. Hancock & C.; 31 pessoas de tripulação e 1 mala. Destina-se para Palermo e mais portos do Mediterraneo, e vem aqui receber carvão.

Bayard, brigue francez, capitão J. Guguén, de Marselha em 26 dias, com trigo, a ordens; 7 pessoas de tripulação.

Padre Mimbelli, galera austriaca, capitão F. S. Stuch, de Marianopol em 120 dias, de Constantinopla em 60, e de Lione em 35, com trigo, a ordens; 22 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS  
Baptista, hiate portuguez, mestre J. C. do Sacramento, para Sotubal, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Frantz, patacho dinamarquez, capitão J. R. Delm, para Sotubal, com sal; 7 pessoas de tripulação.

Acorn, brigue inglez, capitão J. Tobb, para Leith, com cortiça; 8 pessoas de tripulação.

Norden, brigue russo, capitão A. Ancker, para Cardiff, em lastro; 8 pessoas de tripulação.

Visconde de Athouguia, paquete portuguez a vapor, capitão M. G. Xavier, para a ilha da Madeira, com azeite, vinho e encomendas; 27 pessoas de tripulação, e 16 passageiros.

Mentor, hiate portuguez, mestre J. de Oliveira, para Villa Nova de Milfontes, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Jantina, galeota hollandeza, capitão I. E. Black, para Hamburgo, com sal e mais generos; 5 pessoas de tripulação.

Speed Well, escuna ingleza, capitão H. Adams, para Liverpool, com fructa; 5 pessoas de tripulação.

Cynosure, escuna ingleza, capitão W. Morris, para Nevis, em lastro; 3 pessoas de tripulação.

Lady Duffes, escuna ingleza, capitão G. Robertson, para Wick, com sal; 5 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 2 de março de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

### FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)  
Bolsa de Madrid, 1 de março—3% consolidado a 44,25—3 dito differido a 34,35.  
Em 2 de março—3% consolidado a 44,30.  
Bolsa de Paris, 1 de março—3% francez a 68,35—4 1/2 dito a 97,95.  
Em 2 de março—3% francez a 68—4 1/2 dito a 97,9.

Bolsa de Londres, 1 de março—Consolidados de 94 7/8 a 95.  
Em 2 de março—Consolidados de 94 5/8 a 94 3/4.

### INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

Ill.º sr.—Participo a v. s.ª que a 2 do corrente mez, pelas sete horas e meia da noite, as torres de signal annunciaram incendio ao toque de 12 bada-

ladas. O fogo tinha-se manifestado no 2.º andar do predio n.º 12, sito no bico dos Pares, em Alfama, e não se pôde averiguar o que lhe deu origem: desde pela manhã que a casa se achava fechada. Os soccorros foram promptos, e o incendio não progrediu, tendo contido ardidio o soallo e forro da cozinha, logar aonde o sinistro teve começo.

Deus guarde a v. s.ª Lisboa, 2 de março de 1860.—Ill.º sr. vereador do pelouro dos incendios.—O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, *Joaquim Julio Pereira de Carvalho*.

## NOTÍCIAS CIENTIFICAS

### OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

MANO-2	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	761,12	10,8	64,1	N.
3 t.	760,43	14,7	53,0	NNO.

DIA 1.  
Maxima—temperatura..... 14,0 C.  
Minima..... 10,0 "  
Ozone (de dia)..... 5,0  
Chuva (udometro)..... 0,0 Mil.  
Evaporação (vapormetro)..... 3,7 "  
Altura barométrica correctã.....  
Altitude do barometro 95,1 metros.  
Temperatura á sombra.

## AVISOS

CASAS DE ASYLO DA INFANCIA DESVALIDA  
O conselho de direcção d'estes estabelecimentos faz publico que recebeu de um anonymo, por mão do ex.º sr. conselheiro José Augusto Breamcamp, a quantia de 11,500 réis.

Lisboa, 29 de fevereiro de 1860.

ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA  
Alem do leilão de coral, annunciado para o dia 6 do corrente mez de março, haverá tambem leilão no mesmo dia, pelas onze horas da manhã, de fazendas de lã, seda, algodão, e varios outros objectos.

MONTE PIO DAS SECRETARIAS D'ESTADO  
Não podendo ter logar, por motivos imprevistos, a reunião d'este monte pio, annunciada para domingo 26 do corrente, s. ex.º o conselheiro presidente da assembléa geral convida todos os srs. socios a comparecerem, para os fins já designados, no local do costume, ás onze horas da manhã do dia 4 do proximo mez de março.

Nos termos dos estatutos as deliberações que então se tomarem terão validade, seja qual for o numero de socios presentes.

Lisboa, em 23 de fevereiro de 1860.—*Joaquim Victor da Silva Teixeira de Gusmão*, secretario da mesa da assembléa geral.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO  
De ordem do sr. vice-presidente da assembléa geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 3 do proximo mez de março, pelas sete horas da noite, para proceder a algumas eleições, a fim de se completar a direcção e conselho fiscal, e bem assim para tratar de objectos que se acham pendentes de outras sessões.

Lisboa e sala da associação, aos 26 de fevereiro de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA  
Não se tendo reunido em numero a assembléa geral extraordinaria no domingo 26 do corrente, conforme se tinha avisado, para os fins marcados no n.º 11 do artigo 33.º dos estatutos, de ordem do ex.º presidente da assembléa geral novamente são convocados todos os socios para a reunião da assembléa geral extraordinaria, que deverá ter logar no proximo domingo, 4 de março, pelas onze horas da manhã, no local do costume.

Sala das sessões da assembléa geral, 27 de fevereiro de 1860.—*Joaquim José do Valle*, 2.º secretario.

MONTE PIO GERAL  
O ex.º sr. conselheiro presidente da assembléa geral convida a mesma a reunir-se no dia 3 de março, pelas 6 1/2 horas da tarde, para se continuar a discutir a ordem do dia da anterior sessão.—O 1.º secretario da mesa, *José Guilherme dos Santos Lima*.

## FUTURO SOCIAL

Continuam as palestras litterarias segunda-feira 5 do corrente, pelas sete horas da noite, nas salas do centro promotor, versando a discussão sobre os *deveres e direitos dos cidadãos*.

A mesa pede a comparsencia dos associados, assim como das pessoas estranhas á associação, sendo a todos permitido o direito de discussão.—O secretario, *A. A. da Silva Lobo*.

## ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Rua dos Douradores n.º 72, 1.º andar

Por ordem do ill.º sr. presidente é convocada a assembléa geral d'esta associação, extraordinariamente, para o dia 4 do proximo mez, ás quatro horas da tarde; sendo a ordem do dia: 1.º, ouvir ler as escusas de alguns membros dos cargos para que foram eleitos na ultima sessão; 2.º, eleição do secretario da mesa; 3.º, discussão do projecto do monte pio de viúvas; 4.º, idem do convite feito pelo professor caligraphico, o sr. Carlos Silva.

Mesa da assembléa geral, 28 de fevereiro de 1860.—Servindo de secretario, *José da Conceição Monteiro Ozorio*.

## MONTE PIO ALLIANÇA

Não se tendo reunido numero sufficiente de socios para constituir a assembléa geral nos dois dias ultimamente annunciados, são de novo convocados todos os socios a comparecer no local do costume, sabbado 3 do corrente, pelas sete horas da tarde, a fim de proseguir a discussão do projecto de reforma de estatutos; prevenindo-se de que, na conformidade do artigo 36.º s.º unico dos estatutos actuaes, se deliberará com qualquer numero de socios que esteja presente meia hora depois da annunciada.—O secretario, *Firmino Carlos da Silva*.

## MONTE PIO UNIO

É novamente convocada a assembléa geral para segunda-feira 5 de março, ás sete horas da tarde, por não terem reunido os socios em numero legal segunda-feira passada; sendo o fim da reunião a approvação das contas do anno findo.

Sala, 29 de fevereiro de 1860.—O secretario, *F. A. Sotto Maior Raposo*.

## MONTE PIO DA CORPORAÇÃO DOS ALFAYATES

É convocada a assembléa geral para o dia 5 de março, pelas oito horas da noite, para concluir a discussão do parecer da commissão de contas, eleição de commissão administrativa, e apresentação do projecto de estatutos pela commissão de redacção.—O secretario, *Custodio Ferreira Mendes*.

## PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

### MANUAL DO CHRISTIANISMO

4.ª EDIÇÃO 1859

Um rico volume de 700 paginas, enriquecido de seis magnificas gravuras em ago, e mais de 200 vignetas, com o frontispicio colorido e dourado; é o unico LIVRO DE MISSA e SEMANA SANTA approved e autorizado pelo primeiro prelado do reino, e como tal o unico tambem que pôde satisfazer a alma piedosa do christão, porque em objectos de doutrina é o prelado o juiz que pôde e deve autorisar o seu uso; o que infelizmente falta nos manuaes e mais livros de orações até hoje usados no nosso paiz.

Damos a nossa approvação ao excellente livro MANUAL DO CHRISTIANISMO, para que possa ser lido por todos os fieis, que no patriarchado e fóra d'elle se acham sujeitos á nossa jurisdicção e autoridade ordinaria. S. Vicente, 12 de junho de 1858.—M. PATRIARCHA.

Este livro foi enviado a França para d'ali ser devolvido encadernado, e acabam de chegar 1.000 volumes com capas de veludo, marfim e madre perola, ricamente ornados com muita variedade e gosto.

## PREÇOS

Brochado 360 réis.—Encadernado em carneira, com filetes dourados na capa, 480 réis.—Em lindo mosaico dourado por folhas, com fechos de metal dourado, 840 réis.—Em chagrin francez dourado por folhas, com fechos de metal dourado, 1,200 réis.—Em veludo de relevo, com guarnições e lindos fechos de metal dourado ou prateado fino, 2,800 réis.—Dito ricamente guarnecido com emblemas religiosos etc. 3,000 réis.—Em marfim, muito ricos, com fechos de prata, desde 4,500 até 9,000 réis.—Em madre perola, com baixos relevos ou ricos ornatos e fechos de prata etc., desde 6,750 até 13,500 réis.

Vende-se unicamente no escriptorio do editor Francisco Arthur da Silva, rua dos Douradores n.º 178, 2.º andar, (esquina do largo de Santa Justa).

## ADVERTENCIA ESSENCIAL

Roga-se não se confunda este livro com os de outras edições, por ser este o unico approved pelo ex.º cardeal patriarcha de Lisboa, e que contem, reunidos n.º unico, tudo quanto é proprio de um bom MANUAL DE MISSA, tudo quanto pertence ao livro propriamente chamado *Horas Marianas*, e todos os officios da semana santa.

## ANNUNCIOS

1. PELO JUIZO DE DIREITO DA 2.ª VARA, escrivão Solano, corren editos de trinta dias, a requerimento do doutor curador geral dos orphãos ante a dita vara, citando por elles quem se presumir com direito á herança do fallecido Francisco Luiz de Carvalho, morador, que foi, no largo das Olarias, n.º 51 a 53, freguezia dos Anjos, para que compareçam a dita praso, pena de, á sua revelia, ser julgada jacente a sobredita herança.

2. CORREM EDITOS DE DEZ DIAS pelo juizo da 5.ª vara, escrivão Alvares, para a execução que José Joaquim Gonçalves Diniz faz a José Joaquim Ribeiro, chamando os credores incertos d'este para que venham deduzir preferencias sobre o producto dos bens vendidos em juizo, e arrestados pelo exequente, que se acha em deposito, sob comminação de lançamento, e de se proseguir nos termos da execução.

3. PELO JUIZO DE DIREITO DA 5.ª VARA, escrivão (interinamente) Alvares, corren editos de trinta dias, a fim de se considerarem livres e desembaraçadas, revertendo para o producto já arrecadado quaesquer encargos, as propriedades seguintes:—na freguezia de Santa Iria, uma courela de terra de semeadura no sitio de Valle de Ladrão, o olival da Albergueira, e a courela denominada a *Oliveira de Santa Iria*; e na freguezia de Vialonga, um praso composto de duas courelas, uma outra courela, que confronta com as do praso de frotas de Chelas, e a quinta da Filippos, pertencentes ao casal de que é inventariante a ex.ª D. Maria do Patrocinio Xavier de Lima; e que foram arrematadas por Antonio Marques Gonçalves e Manuel Fernandes. São chamados todos os que se julgarem com direito ás mesmas para o deduzirem em juizo no dito praso, sob pena de revelia.

4. PELA CAMARA PATRIARCHAL DE LISBOA se procede á redução dos encargos pios de seis capelas, instituidas pelo padre Manuel de Sousa Caldeira, João Rebelo de Campos, D. Joanna Maria da Silva, e seu marido Domingos Lopes Coelho, Estevão da Silva, e Condessa de Pontevél; e de que é administradora a irmandade do Santissimo da parochial igreja de Nossa Senhora da Encarnação d'esta cidade, corren editos de quarenta dias, chamando todos os que tiverem direito a oppor-se á referida redução, para que o venham deduzir dentro do dito praso.

5. NA CONFORMIDADE do que dispõe o artigo 19.º da lei de 16 de junho de 1855 é citado João José Romero, para dentro de trinta dias vir ao cartorio do sr. Vasconcellos, es-

crivão do tribunal da Relação, preparar a causa vinda da comarca de Monte-mór o Novo, em que é appellante, e appellado Francisco Antonio da Silva.

## EDITAL

JOSÉ DE ALMEIDA PESSANHA, bacharel formado em direito, e administrador do concelho de Macedo da Calvalheiros, por Sua Magestade Fidelissima, que Deus guarde, etc.

FAÇO SABER que Carlos Antonio de Miranda, natural de Grijo do Valle Benfeito, pretende collocar uma fabrica de destillação de aguardente no sitio do Cabeceiro, limite da mesma povoação de Grijo; e procedendo nas diligencias designadas na lei de vinte e sete de Agosto de mil oitocentos cincoenta e cinco, conheci que o sitio onde o supplicante quer assentar a machina é proprio para ella laborar sem detrimento do publico, e dos particulares, bem como que a machina offerece pela sua boa construcção toda a segurança; mas se não obstante estas minhas diligencias, que me levaram a eu formar este juizo, algum tiver que reclamar contra a sua collocação no sitio indicado, o deverá fazer dentro do espaço de trinta dias, a contar da data d'este, que será affixado nos logares mais publicos e de costume, para que chegue ao conhecimento de todos. Macedo, 8 de janeiro de 1860.—*José de Almeida Pessanha*.—Está conforme.—Administração do concelho de Macedo, 8 de janeiro de 1860.—O escriptão da administração, *Manuel José de Mello*.

16. NA FÓRMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º da lei de 16 de junho de 1855 são citados Bento José da Silva, e sua mulher Felicidade de Jesus, para em trinta dias virem preparar o aggravado de instrumento vindo da comarca de Torres Vedras, em que são aggravantes, e aggravado Manuel José Paredes Seixas, de que é escriptão o sr. Vasconcellos.

8. ANTONIO COELHO, natural do logar de Figueiredo, freguezia de S. Miguel de Paredes, julgado e comarca de Penafiel, e residente no logar do Candal, freguezia de Santa Marinha de Villa Nova de Gaia, trata de habilitar-se pelo juizo de direito da dita comarca de Penaf